



Índice

- 01 BNDES contrata R\$ 8,5 mi do Fundo Amazônia para projetos no Acre e Mato Grosso
- 02 Sespa discute melhorias para saúde indígena no Pará
- 03 Prefeitura e SESC apresentam 'Recusa' no Dominginhos
- 04 Mesmo após denúncias, PMDB controlava Funasa
- 05 OlhóCON promove debates sobre marketing digital em Florianópolis
- 06 Comunidade quilombola e governo negociam permanência em território na próxima terça
- 07 Índio Cidadão? – Retirado do blog por exigência do "detentor dos direitos", embora disponibilizado pela TV Câmara
- 08 Amazônia sob ataque: além dos mega projetos, a economia verde e os REDDs, sob as bênçãos da USAID
- 09 Índios libertam funcionários de Furnas após 26 horas
- 10 PRF finaliza protestos e indígenas liberam a BR-060 na Serra de Maracaju
- 11 Projeto de Vital garante que crédito de carbono em terra indígena pode ter parecer da Funai
- 12 Justiça suspende licença prévia da UHE São Manoel
- 13 Conflito entre Marinha e quilombolas tem novo capítulo na próxima terça-feira (6)



- 14** Projeto de inclusão digital para quilombolas
- 15** As reservas indígenas e os verdadeiros interesses nacionais
- 16** Criança de 4 anos é hospitalizada com traumatismo após L200 capotar
- 17** Documento das lideranças Guarani do Rio Grande do Sul
- 18** SDH e Funai lançam cartilha de Registro Civil de Nascimento de Povos Indígenas para combater sub-registro
- 19** Indígenas que mataram agricultores responderão pelo crime como cidadãos comuns, afirma jurista
- 20** Arqueólogos encontram urnas com restos mortais indígenas no Amapá
- 21** Quando o governo é inimigo de trabalhadores e indígenas
- 22** Rodelas: Chesf e indígenas avançam em acordo sobre terras
- 23** Cabo Frio exhibe filmes com temática afro-brasileira e indígena
- 24** Disputa de terras insufla discriminação de indígenas no RS
- 25** Série documental mostra precariedade no tratamento penal de indígenas
- 26** Sem luz, TV e internet, moradores de ilhas do São Francisco vivem isolados de tudo
- 27** Moradores das ilhas fluviais se assustam com a seca e temem que o rio suma por completo
- 28** A luta pela apropriação da causa indígena no Brasil
- 29** Questão Indígena: Mais um índio tenharim implicado no triplo assassinato de não índios no Amazonas



Boletim de Notícias - Edição nº 77/ 2014

Brasília, 02 de maio de 2014.

30 [Ministério da Saúde lança mês de vacinação dos povos indígenas](#)



BNDES contrata R\$ 8,5 mi do Fundo Amazônia para projetos no Acre e Mato Grosso
SÍTIO ÚLTIMO INSTANTE, 30.04.2014

Apoio de R\$ 5,3 mi à COOPAVAM irá para comunidades extrativistas e indígenas

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) contratou mais duas operações, no valor total de R\$ 8,5 milhões, no âmbito do do Fundo Amazônia. Os recursos, não reembolsáveis, apoiarão projetos nos Estados de Mato Grosso e do Acre.

Um dos projetos, no valor total de R\$ 5,3 milhões, intitula-se Sentinelas da Floresta e está sob responsabilidade da Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (COOPAVAM). Os recursos contribuirão para projeto de fortalecimento da cadeia de valor da castanha-do-brasil em comunidades extrativistas e indígenas do noroeste do Mato Grosso.

Os demais R\$ 3,2 milhões destinam-se à ONG WWF-Brasil, para projeto de pesca sustentável cujo objetivo é reduzir a degradação de ecossistemas aquáticos nos municípios de Manoel Urbano, Feijó e Tarauacá, no Acre.

Mato Grosso – Constituído por ricos castanhais, o noroeste do Mato Grosso é intensivo em extração e beneficiamento da castanha-do-brasil. A cadeia tem início nas comunidades extrativistas, que comercializam o produto in natura com a COOPAVAM, em cuja fábrica é feito o processo de secagem e estocagem.

Para consolidar a produção, serão construídos 17 barracões distribuídos entre as comunidades extrativistas e próximo à fábrica da cooperativa, além de 16 mesas de secagem de castanha-do-brasil. As bases regionais nas comunidades indígenas vão ter melhoria na estrutura por meio da aquisição de computadores e móveis. Além disso, as fábricas da COOPAVAM e Associação de Mulheres Cantinho da Amazônia (AMCA) serão ampliadas.

O Sentinelas da Floresta pretende reduzir o desmatamento e também dar visibilidade ao produto para atingir novos mercados e parcerias. Isso acontecerá através da criação de um site, de materiais de divulgação e da contratação de empresas de consultoria.

Acre – A pesca é uma das atividades mais importantes em uma área de 60 mil km² das bacias dos rios Purus, Envira e Tarauacá e mais 15 lagos na região dos municípios de Manoel Urbano, Feijó e Tarauacá. Importante fonte de alimento para as comunidades locais, a prática vem sendo explorada de maneira irregular nas últimas décadas.

O projeto da WWF-Brasil apoiado pelo BNDES por meio do Fundo Amazônia prevê uma mobilização comunitária para implementação dos acordos de pesca, com auxílio de técnicos de instituições públicas ou organizações não governamentais.

O objetivo é intermediar debates e capacitar a população para a prática do manejo, modelo

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 77/ 2014

Brasília, 02 de maio de 2014.

que permite a exploração com técnicas para conter os impactos ambientais e reduzir a degradação de ecossistemas aquáticos. Serão beneficiados 60 pescadores artesanais, que atuarão como manejadores, e 300 famílias ribeirinhas vão participar do sistema de vigilância comunitária dos lagos.



Sespa discute melhorias para saúde indígena no Pará

SÍTIO G1, 01.05.2014

*Reunião debateu temas e alternativas para questões diversas.
Saúde mental dentro das aldeias foi um dos assuntos.*

Para traçar planos de melhorias à saúde indígena no Pará, a Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa) realizou na última quarta-feira (30) programação em Belém voltada para intensificar ações contra a desnutrição infantil e ainda de combate aos problemas de saúde mental nas aldeias do estado.

Com o tema “Saúde Mental e Nutrição na Área Indígena”, o evento reuniu profissionais de órgãos federais, estaduais e municipais, que atuam na área de saúde indígena e de direitos humanos, além de representantes de instituições públicas e privadas, analisar alternativas e ações;

Palestras foram ministradas pela coordenadora estadual de Nutrição, Rahilda Tuma, e pela a assistente social da Coordenação Estadual de Saúde Mental, Elisena Uchôa.

De acordo com a coordenadora estadual de Saúde Indígena e Populações Tradicionais, Tamar Monteiro, os temas são fundamentais para a comunidade indígena. Ela destacou que a atenção à saúde mental precisa ser reforçada, já que o alcoolismo entre os índios está disseminado no estado. Ela também destacou como as mudanças na alimentação das comunidades afetam os índios.

“A questão nutricional também é fundamental. Esta população está perdendo o hábito do consumir alimentos naturais e passando a adotar uma alimentação com produtos industrializados. Isso influencia de forma negativa, pois aumenta o número de crianças obesas e o índice de diabetes e hipertensão nas aldeias”, completou.



Prefeitura e SESC apresentam 'Recusa' no Dominginhos

SÍTIO CORREIO POPULAR/RO, 01.05.2014

(Da Redação) A Semana da Cultura Indígena em Ji-Paraná realizada pela Fundação Cultural com exposição fotográfica e exibição de documentários no Museu das Comunicações Marechal Rondon terminou na última terça-feira (29), com sucesso de público. "Os estudantes, professores e pesquisadores participaram de todas as atividades", informou a presidente da Fundação Keila Barbosa que entusiasmada anunciou a peça Recusa da Cia de Teatro Balagan. A parceria da prefeitura de Ji-Paraná e do SESC foi restabelecida e colocou novamente no roteiro nacional a cidade ji-paranaense para receber peças consagradas que apresentam o movimento cultural em diversas regiões.

A Cia de Teatro Balagan faz duas apresentações em Ji-Paraná hoje (1º) e sexta (02) a partir das 19h30 no Teatro Dominginhos, no centro da cidade. O projeto 'Recusa' iniciou em 2009 a série de pesquisas. O enredo trata a história de dois índios sobreviventes que discutem socialização, inclusão, aceitação e outros desafios. Já em 2011 foi realizada uma pesquisa de campo em Rondônia com índios Suruí Paiter, sugerindo novos rumos e novos projetos para o grupo.

Com enredo, texto, roteiros e modos diferenciados de construção verbal 'Recusa' convida o público a conhecer as relações de encontro, estranhamento, trocas e negociações estabelecidas entre esses diversos seres, mundos e a cultura branca. A peça estreou em outubro de 2012 e já recebeu premiação e reconhecimento nacional como os prêmios Shell de Teatro no ano da estreia com direção e cenário. A Cooperativa Paulista de Teatro premiou o projeto sonoro, projeto visual e indicou na categoria especial na pesquisa de linguagem.

Keila Barbosa lembrou que o Teatro Municipal tem capacidade para 240 pessoas. "A entrada será franca e vamos fechar o teatro quando a lotação for atingida", garantiu Keila que ressaltou a segurança e o conforto para os participantes. Dentro do projeto nesta sexta-feira às 10h30, no próprio teatro acontece o Diário de Campo, uma oficina com troca de experiências entre atores e público. A Cia de Teatro Balagan faz apresentações hoje e amanhã, em Ji-Paraná e depois segue à Porto Velho no sábado (03) e domingo (04). Com informações da Assessoria.



Mesmo após denúncias, PMDB controlava Funasa

SÍTIO BRASIL 247, 01.05.2014

A recente denúncia do Ministério Público Federal sobre desvio de R\$ 7,5 milhões da Fundação Nacional de Saúde no Amapá (Funasa) por uma suposta organização criminosa envolvendo prefeitos, o ex-superintendente e servidores do órgão é apenas mais um capítulo de atos criminosos dentro da instituição desde que o PMDB no Estado passou a indicar a superintendência da fundação

Domiciano Gomes, do Amapá 247 - Em maio de 2011 investigações da Polícia Federal (PF), Ministério Público Federal (MPF) e Fundação Nacional do Índio (Funai) indicaram existência de desvio de verbas da Funasa para integrantes da família do ex-senador e presidente do PMDB no Amapá, Gilvam Borges e para campanhas eleitorais do partido. A informação foi divulgada pela revista "Época"

Em 2010 a Controladoria-Geral da União (CGU) fez auditoria sobre o uso de verbas federais na saúde indígena a pedido da PF. Concluiu, de acordo com "Época", que houve prejuízo de R\$ 6,2 milhões por conta de "fraudes em licitações, compras de remédios e outros produtos com preços acima dos praticados no mercado, além de pagamentos indevidos por serviços não prestados", disse a reportagem.

"Os relatórios da CGU expuseram na ocasião a influência do senador Gilvam nas atividades da Funasa no Amapá. Uma ONG, a Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque (Apitu) recebeu em três anos R\$ 6 milhões da Funasa. Do dinheiro recebido da Funasa, a Apitu repassou R\$ 667 mil à AFG Consultores, por serviços nunca prestados. "Das contas da AFG, os recursos saíram para contas dos comitês eleitorais do PMDB no Amapá, a fim de financiar as campanhas a prefeito de dois irmãos de Gilvam", afirmou a reportagem.

As investigações da PF chegaram a Abelardo da Silva Oliveira Júnior, apadrinhado da família Borges e que era coordenador da Funasa no Amapá. Abelardo deixou a Funasa 2010, foi nomeado presidente do Ibama pela então ministra Izabella Teixeira (Meio Ambiente). Mas, em 4 de janeiro de 2011, Isabela demitiu Abelardo Oliveira "por valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública", afirmou o texto.

influência Mantida

Mesmo com a descoberta de todos esses crimes o PMDB continuou mandando na Funasa. Em 2010 foi indicado José Roberto Galvão como novo superintendente. Galvão foi presidente da Companhia de Água e Esgoto do Amapá (Caesa) na gestão do ex-governador Waldez Góes (PDT) por indicação peemedebista.

CONT.



Galvão foi preso em novembro de 2013 durante Citrus desencadeada pela Polícia Federal por decisão do juiz federal Paulo Togo Penna Ricci, para investigar desvio de recursos na Funasa.

No último dia 28 de abril o Ministério Público Federal denunciou Roberto Galvão; Euricélia Cardoso e Raimundo Aguinaldo, ex-prefeitos de Laranjal do Jari e Oiapoque respectivamente; e mais 14 pessoas. Estima-se que a organização criminosa composta por particulares, políticos, servidores públicos e empresários desviou mais de R\$ 7,5 milhões, da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), no segundo semestre de 2012. As verbas eram destinadas à construção de sistemas de abastecimento de água nos municípios.

Consequências graves

Durante a gestão de Abelardo Júnior uma equipe de investigadores, composta de agentes da Polícia Federal (PF), procuradores do Ministério Público Federal e funcionários da Fundação Nacional do Índio (Funai) percorreram aldeias no Amapá e no norte do Pará, inspecionando a situação dos 14 mil índios da região. Não encontraram apenas "falta de atendimento médico". Encontraram uma tragédia.

No cemitério da aldeia Manilha, no município de Pedra Branca do Amapari, sete recém-nascidos uaiapis haviam sido enterrados antes da chegada dos investigadores. Os bebês morreram sem receber qualquer assistência médica. Ali, como em outras aldeias visitadas, havia apenas um absoluto abandono: prateleiras vazias nas farmácias, remédios com validade vencida, ausência de agentes de saúde, doentes entregues ao destino. Em matas onde picadas de cobra são frequentes, faltava soro antiofídico. Por falta do remédio, uma índia teve de amputar o braço. "Nunca vi algo parecido. Senti um vazio enorme ao ver tanta tragédia", diz o indigenista Edmar Mata, funcionário da Funai que trabalha há 23 anos no Amapá e acompanhou as investigações.

Ao fim da vistoria, a força-tarefa constatou que ao menos 20 índios haviam morrido por negligência no atendimento médico.

Na gestão de Roberto Galvão as investigações apontaram o desvio de recursos públicos destinados à construção de sistemas de abastecimento de água, nos municípios de Laranjal do Jari e Oiapoque, e foi subsidiada por relatórios de inspeção das obras realizados pela Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas do Amapá.

As duas prefeituras contrataram a empresa ABO Construções Ltda para executar as obras de sistema de abastecimento de água. Em Laranjal do Jari, no valor de R\$29,9 milhões, e em Oiapoque, no de R\$15,7 milhões. A fiscalização dos serviços ficava a cargo da Construtora Trindade Ltda, contratada pela Funasa. Após detectar as fraudes na aplicação dos R\$7,5 milhões, o TCU determinou a suspensão do repasse das demais parcelas dos recursos federais.

A decisão atinge diretamente a população dos dois municípios, únicos atualmente no Estado sem expectativa de ver solucionado o problema da falta de abastecimento de água tratada. Nos demais municípios as obras estão sendo realizadas pelo Governo do Estado. Algumas já foram concluídas e outras estão em fase de conclusão.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 77/ 2014

Brasília, 02 de maio de 2014.

Punição

Na prática somente os servidores públicos que participaram dos esquemas criminosos receberam punições pelos atos criminosos. De 2003 a 2013, foram aplicadas 107 punições expulsivas a servidores públicos federais da Administração Pública no Amapá por envolvimento em diversos tipos de irregularidades, principalmente aquelas relacionadas à corrupção. O maior número de servidores atingidos pertenciam a Funasa.



OlhóCON promove debates sobre marketing digital em Florianópolis

SÍTIO G1, 01.05.2014

Evento ocorre nos dias 2 e 3 de maio e tem 16 palestrantes.

Diretor do Ibope, presidente do ReclameAqui e cacique são convidados.

A partir de sexta-feira (2) começa o OlhóCON, evento que discute marketing digital. Com 16 palestrantes, o encontro segue até sábado (3) em Florianópolis. Um dos convidados é Alexandre Crivellaro, diretor executivo do Ibope, que falará sobre comércio eletrônico no país.

Entre os temas que serão abordados estão comportamento do usuário, marketing político, o papel dos vídeos na internet, aplicativos para mobile, investimento em startups, e-commerce e interferência da internet e do Google na vida de uma tribo indígena.

Camila Porto, referência no país em Facebook Marketing, vai falar sobre marketing digital para empreendedores. Outro palestrante será Maurício Vargas, presidente do ReclameAqui, que abordará sobre a história do site e sobre como as empresas podem melhorar o relacionamento e reter clientes na internet.

O cacique Almir Suruí, da tribo Suruí está confirmado como palestrante oficial do OlhóCON 2014. Ele vai falar sobre temas como inovação e internet, além e compartilhar suas experiências como defensor da floresta em que vive.

Inscrições

Os interessados em participar podem se inscrever pelo site do evento. Os valores variam entre R\$ 410 e R\$ 450, e incluem a programação de conteúdo, feira e networking coffees. O OlhóCON será realizado no Hotel Majestic, avenida Beira-Mar Norte.

Comunidade quilombola e governo negociam permanência em território na próxima terça

SÍTIO BAHIA NOTÍCIAS, 01.05.2014



A nova etapa de negociações para que a comunidade quilombola Rio dos Macacos permaneça na área onde funciona a base da Marinha em Simões Filho, na Região Metropolitana de Salvador, será realizada na próxima terça-feira (6).

O Ministério Público Federal (MPF/BA) intermediará as discussões entre o Ministério da Defesa e a comunidade que apresentará uma avaliação sobre a proposta feita pelo governo no último dia 11 de março. Na ocasião, o representante da Secretaria Geral da Presidência da República, Fernando Matos, apresentou uma nova solução do Governo, que considera a cessão de 86 hectares dentro da atual área de Marinha para comunidade.

A principal mudança em relação à proposta anterior é a permanência da maior parte dos moradores onde atualmente residem, além da manutenção de áreas onde já cultivam, algo que ainda não havia sido contemplado. A última proposta também prevê a construção de uma estrada para que os quilombolas tenham acesso independente ao território, já que a utilização da portaria da Marinha tem gerado conflitos entre oficiais e quilombolas.

Caso um acordo seja firmado nesta reunião, a União deverá desistir das ações judiciais que já determinaram a remoção da comunidade do local.



Índio Cidadão? – Retirado do blog por exigência do “detentor dos direitos”, embora disponibilizado pela TV Câmara

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 01.05.2014

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

Postamos ontem neste blog o documentário *Índio Cidadão?*, disponibilizado pela TV Câmara para ser replicado a partir do código que reproduzimos AQUI e com o texto que pode ser lido no final, também divulgado no mesmo site. Para nossa surpresa, entretanto, recebemos há poucos minutos o comentário que reproduzo abaixo.

Quem conhece este blog sabe muito bem da luta que desenvolvemos, sem qualquer tipo de patrocínio, em favor dos povos indígenas, entre outras vítimas do racismo ambiental. Por isso, penso que não necessito comentar o assunto. Mas faço questão de divulgar o comentário, seguido da minha resposta e da imediata retirada do dito documentário deste blog. Considero desnecessário deletar igualmente a notícia e trailer de lançamento do vídeo, divulgados no dia 12 de abril, a partir de notícia do Ministério Público Federal. Aí vai o comentário do Senhor Rodrigo Siqueira Ferreira, seguido da minha resposta:

“Senhora responsável,

Sou detentor dos direitos autorais do filme *Índio Cidadão?*, não houve autorização para disponibilizar o conteúdo na íntegra pela internet. Não sei como obtive a cópia, mas encareço que adote as medidas cabíveis para tirar o link do ar. Esse ato viola os direitos autorais e também o contrato que temos com a TV Câmara, única emissora autorizada a exibir o filme na íntegra.

Atentamente,

Rodrigo Siqueira.

Resposta deste blog ao “detentor dos direitos autorais”:

Senhor Rodrigo Siqueira, basta visitar o site da TV Câmara e perceberá que ele oferece o código necessário para que o vídeo seja compartilhado por quem considerar importante divulgá-lo. Repito: não é o link, mas o código para a reprodução. Considerando seu atento desejo, entretanto, vou retirá-lo de imediato do meu blog. Tania Pacheco.

Texto da TV Câmara a respeito do citado documentário:

Índio Cidadão? é um documentário sobre a luta das nações indígenas brasileiras pela conquista e manutenção dos direitos constitucionais conquistados na Constituinte de 1987/88. O filme resgata dois momentos-chave nesse processo: a campanha popular dos povos indígenas na

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 77/ 2014

Brasília, 02 de maio de 2014.

Constituinte e o período de manifestações em Brasília contra os ataques legislativos do Congresso Nacional, com a ocupação da Câmara dos Deputados no Abril Indígena 2013 e a Mobilização Nacional Indígena em outubro do mesmo ano.

Ancorado em depoimentos e falas públicas de importantes lideranças indígenas, como o cacique Raoni Metuktire, Ailton Krenak, Sonia Guajajara, Davi Yanomami, Alvaro Tukano, entre outros, o filme traz episódios históricos e contemporâneos da luta indígena no debate político do Congresso Nacional, contando com elementos inéditos, fruto de intensa pesquisa de acervos públicos e privados.

O título *Índio Cidadão?*, em tom de pergunta, é uma provocação que convida o espectador a refletir e compreender a perspectiva dos povos originários acerca dos enfrentamentos políticos pela garantia dos direitos originários à terra e pelo respeito ao modo de vida tradicional. Por isso o filme, ao longo dos seus 52 minutos, é todo apresentado e narrado pelos índios, em especial pelo depoimento da liderança Valdelice Veron, que conduz o documentário. Sob constantes ameaças de morte e o despojo da terra tradicional, ela expõe o drama pelo genocídio que a sua nação, os Kaiowá Guarani, vivenciam há décadas no estado do Mato Grosso do Sul. Valdelice testemunhou o assassinato do pai, cacique Marcos Veron, durante o processo de retomada de sua terra Tekoha Takuara em 2003.

Índio Cidadão? é uma realização de 7G Documenta, Machado Filmes, Argonautas, 400 Filmes, BASE Coletivo Audiovisual, e conta com patrocínio do FAC – Fundo de Apoio à Cultura da Secretaria de Cultura do Distrito Federal.



Amazônia sob ataque: além dos mega projetos, a economia verde e os REDDs, sob as bênçãos da USAID

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 01.05.2014

"Respeitar o modo de vida dos povos das Florestas não significa preservá-los como se fossem itens de um museu vivo. Respeitar estes povos é antes de tudo reconhecer que não se tratam de Florestas tropicais habitadas por um número "x" de pobres, e sim, se tratam de Territórios construídos, habitados, significados por uma diversidade enorme de povos. Diversidade que é também destes Territórios, porque não são uma área homogeneamente verde como mostram os mapas de monitoramento".

Por Núbia Vieira, para Combate Racismo Ambiental

A Amazônia é alvo de inúmeras interpretações. Existem diversos grupos, instituições e corporações pensando vias para a sua existência. Nessas leituras, os povos, a floresta e os rios são constantemente (in) significados conforme o interesse contextual.

Se, por um lado, o PAC e as grandes obras de estrutura, desde os anos 70 vêm invadindo e retalhando os Territórios dos povos que aqui viviam e vivem, por outro, há "projetos" que vão a caminho de enxergar o modo de vida desses povos e à preservação da Natureza.

Para cada ambiguidade imposta à Amazônia, poderá existir uma prática resposta, acompanhada de grandes especialistas, financiamento internacional e expectativas de bons rendimentos financeiros e geopolíticos no futuro.

E desta forma, as duas grandes respostas que se apresentam, ao mesmo tempo em que parecem ambíguas, possuem em sua raiz, os mesmo financiadores e organicidade intelectual. Se, a mais aparente resposta do governo para o desenvolvimento da Amazônia tem sido as grandes obras, e cita-se, sobretudo as Hidroelétricas (Belo Monte – Rio Xingu, Jirau e Santo Antônio – Rio Madeira, Complexo Tapajós – Rios Tapajós) por outro, a proposta que confronta ou converge a esta agenda é a da Economia verde.

Nos argumentos utilizados pelos defensores e promotores da Economia Verde a alternativa à devastação da natureza é exatamente inseri-la na cadeia de mercado, lhe empregando significado financeiro global. Para esses grupos que atuam na lógica da Economia Verde, não há outra forma para "salvar" as florestas se não, a sua financeirização. Uma das formas para isso tem sido o expoente mercado de carbono, tão sonhado pelo capital financeiro e, sobretudo pelos Estados Unidos. Defendido e exaltado na Rio +20 como uma fonte "sustentável" de recurso para a boa governança das Florestas tropicais é abraçado também por ONGs sócio – ambientalistas financiadas, entre outras fontes, por capital privado e pela Agência dos Estados Unidos de Desenvolvimento Internacional – USAID.

CONT.



O tema das Mudanças Climáticas que é insurgente do desenvolvimento econômico adotado pelo mundo ocidental, tem sido alvo de constante busca por soluções tanto por sociedade civil, quanto por governos, empresas e os grandes blocos econômicos. No entanto, as soluções buscadas se restringem à matriz da idealização capitalista. Ou seja, ao invés da notável mudança no clima gerar a reflexão sobre a raiz do problema, que é a forma de desenvolvimento, as repostas ao problema são sim, encaixadas na estrutura do desenvolvimento capitalista. E é desta forma que a compensação por redução nas emissões de carbono ou a compensação pelas emissões evitadas foram laboriosamente proposta e têm alçado êxito em resposta às mudanças climáticas.

Sabe-se que as Florestas Tropicais encontram-se nos países mais pobres, e sabe-se também que estas florestas, as mais conservadas, são na verdade Territórios de povos e comunidades tradicionais. Não há natureza que seja "intocada", os povos latino-americanos, por exemplo, desenvolveram em sua concepção, estreita relação com a natureza gerando até os dias atuais focos de resistência e de desenvolvimento local. Pois bem, são exatamente estas as áreas miradas pela economia verde, através de Programas de Pagamento por Serviço Ambiental – PSA e REDD – Redução das emissões por desmatamento e degradação florestal. O argumento é de desenvolvimento econômico aliado à preservação da Floresta e do modo de vida de seus habitantes. E ainda, costumam argumentar que 90% dos cerca de 1,2 bilhões de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza dependem dos recursos florestais para sobreviverem, portanto o mercado de carbono não só pode ser uma alternativa à contenção de desmatamento e assim a redução de emissões, mas também mostra-se como ótima alternativa de melhoria da qualidade de vida desses bilhões de pobres.

Neste sentido vale o questionamento do que é pobreza, o que é viver abaixo da linha de pobreza e a quem se aplicam estas avaliações. Classificar as populações das florestas como "abaixo da linha de pobreza" pode ser bastante generalista e etnocentrista. Do ponto de vista de que essas populações que possuem outra forma de relacionar com a natureza têm como reflexo, formas distintas de desenvolvimento que na maioria das vezes não possuem critérios semelhantes à economia de mercado e, portanto não podem ser classificadas de mesmo modo e genericamente dentro da classificação da economia de mercado.

Outra questão: ao mencionar a relação dos povos com a Floresta, apesar do discurso de que tratam – se de populações detentoras dos saberes associados à conservação, manejo e uso da biodiversidade, implicam à elas a condição de passividade no que se refere ao destino e significado global de seus Territórios.

Em 2010 o governo do estado do Acre assinou o acordo Califórnia – Chiapas – Acre. O acordo envolve iniciativas de REDD gerando créditos de carbono que os governos do Acre e de Chiapas – México deverão vende-los à Califórnia e possivelmente a empresas interessadas. Ou seja, o Acre e Chiapas desenvolvem ações de redução de desmatamento e queimadas, por exemplo, isso gera créditos de carbono. A Califórnia, que através de seu complexo de indústrias e modo de vida de seus habitantes, emite gases que provocam o efeito estufa acima da média poderá continuar emitindo esses gases compensando financeiramente regiões da América Latina. E assim, as consequências da poluição exagerada na Califórnia continua a provocar vítimas locais, seja pelo alto índice de câncer ou pelo alto índice de abortos espontâneos registrados

CONT.



naquele estado americano.

Já no Acre e em Chiapas as medidas dos governos serão de impor o “desenvolvimento sustentável” que poderá culminar na limitação dos modos de produzir e viver das populações locais. No Acre, por exemplo, foi instituído o programa Fogo Zero provavelmente uma iniciativa que casa com o propósito de redução de emissão de CO₂. Mesmo sabendo que as populações tradicionais locais que vivem na floresta e da floresta utilizam historicamente o fogo como forma de preparo de suas roças. A alternativa foi a inserção das famílias em programa de transferência de renda.

E neste ponto o manejo tradicional das populações locais que é antes utilizado como marketing para vender a ideia de comercialização de carbono, posteriormente é limitado em nome da redução de emissões de gases. Ou seja, o modo de vida tradicional, aquele tão referendado como responsável pela conservação das florestas tropicais passa a ser substituído por programas de transferência de renda que não atendem às necessidades reais das famílias, podendo provocar cortes culturais e de identidade, já que a forma de produzir e o que se colhe da terra são geradores de identidade e transmissibilidade cultural. E ainda, geram dependência de produtos externos, cujo valor da renda não atenderá plenamente estas novas necessidades.

Trata-se, portanto, de uma incorporação dessas populações tradicionais à economia de mercado, em que elas, tratadas e vistas como “pobres” são exploradas no seu patrimônio maior que são seu meio e modo de vida. E se antes estas populações alçavam certa independência em relação à economia de mercado, uma vez que será exatamente a sua essência e capacidade de ser independente o item comercial, passarão por um processo de “marginalização interno”. Não será apenas nas periferias das cidades, onde a economia de mercado é quem dá as cartas, que estas populações da Floresta serão marginalizadas, mas sim na própria Floresta, onde a economia verde as vê como fantoches culturais e a natureza que as rodeia um interessante negócio para a acumulação de capital e geração de um capital fictício pronto para alimentar a especulação no mercado internacional.

A USAID – United States Agency for International Development, Agência dos Estados Unidos para desenvolvimento internacional, é hoje um dos maiores financiadores de ONGs promotoras da economia verde na Amazônia. É grande interessada na implantação de REDD no Brasil e também financia trabalhos com focos socioambientais que identificam e valorizam os manejos tradicionais da Floresta pelas populações locais (indígenas, extrativistas). Ela também é corresponsável por um sistema de monitoramento das Florestas Tropicais do Mundo, trata-se da ferramenta: Global Forest Watch, um mapa que monitora o estado de preservação das Florestas Tropicais, resultado de uma parceria entre USAID, empresas transnacionais, ONGs, governos e a empresa Google. Para isso alegam a importância deste sistema de monitoramento, já que são milhões de pessoas pobres que dependem das florestas para sua sobrevivência e subsistência, assinalam ainda que dentro deste montante, 60 milhões são de populações indígenas. Estão com isso: “contribuindo na proteção das Florestas e salvaguardando o lar desses milhões de pobres”.

No dia 1º de maio de 2013, dia internacional do Trabalhador, o Presidente Evo Morales sob a menção de “nacionalização da dignidade do povo Boliviano” expulsou a USAID de seu país

CONT.



como uma forma de rechaçar o intervencionismo norte americano na política interna da Bolívia. O intervencionismo alegado por Evo Morales ocorreu, sobretudo, através do financiamento e envolvimento da USAID em ONGs que impulsionavam ações de desmobilização do governo Evo.

Também em 2013 a USAID se retirou do Equador, depois que o governo deixou de renovar novos acordos e as atividades desenvolvidas pela agência através das ONGs apoiadas eram “preocupantes” na visão do governo.

Em documento revelado pelo site WikeLeakes, é exposto os planos da USAID para acabar com o chavismo. A estratégia estava também em infiltrar no trabalho com a base do governo e dividir os chavistas.

A USAID é apontada como mentora de programas de esterilização em massa nos anos de 1980 e 1990 em países da América Latina, tais como Peru e Brasil. Voltado como alternativa à redução da pobreza, no Brasil foram milhares de mulheres esterilizadas, a maioria, negras e pobres. No Peru a esterilização em massa em regiões mais pobres deflagrou redução demográfica e queda na economia interna.

A intervenção e interesse da USAID na questão ambiental Brasileira/Amazônica não é segredo e nem tabu. E ainda que governos e ONGs financiadas por esta agência aleguem autonomia na gestão e execução dos recursos, não se pode negar que a agenda estabelecida para a questão ambiental do Brasil/da Amazônia é bastante alinhada e harmoniosa à linha de desenvolvimento internacional referente a Meio Ambiente e Mudança Global do Clima estabelecido pela Agência Norte Americana e grandes grupos financeiros representados também pelos Bancos internacionais.

Guerreiros Munduruku viram suas terras serem invadidas por garimpeiros em busca de ouro e resolveram expulsá-los do local. Foto: Lunae Parracho, Reuters

A ideologia da Economia Verde tem gerado uma forte concepção, abrigada por agências do governo brasileiro e ONGs, de caminho irrefutável à gestão e proteção das áreas protegidas da Amazônia. Como que se ao falar de gestão e proteção de áreas não houvesse outro caminho a propor, se não o que seja alinhado ao da Economia Verde. A velha máxima de “usá-la para não perdê-la” ou lhe conceder significado econômico global para resguardar a sua sobrevivência tal qual é.

Respeitar o modo de vida dos povos das Florestas não significa preservá-los como se fossem itens de um museu vivo. Respeitar estes povos é antes de tudo reconhecer que não se tratam de Florestas tropicais habitadas por um número “x” de pobres, e sim, se tratam de Territórios construídos, habitados, significados por uma diversidade enorme de povos. Diversidade que é também destes Territórios, porque não são uma área homogeneamente verde como mostram os mapas de monitoramento.

Inserir os saberes acumulados pelos povos da Amazônia e seus Territórios na Economia de mercado não pode ser visto como o caminho para a garantia de sua sobrevivência. Estes povos

CONT.



conquistaram direitos, inclusive ao Território e seu uso pleno, e são esses direitos que precisam ser resguardados. Além disso, o desenvolvimento local deve partir das comunidades com políticas públicas que o apoie e a garantia dos direitos essenciais – de saúde e educação por exemplo. Os saberes acumulados devem ser perpetuados através da sua prática cotidiana e transmissibilidade a novas gerações e não impossibilitada a sua prática e por isso em contrapartida, registrados e eternizados em publicações que na maioria das vezes sequer se voltam a estes povos. A economia tradicional não tem seu cerne na oportunidade do consumo, como a economia de mercado.

O que ensinam esta gente é que o que querem é ter seus direitos assegurados, assistência à saúde de qualidade ali onde vivem, educação de qualidade em todos os níveis, acesso à cidade e aos mercados locais para a comercialização de seus produtos e direito pleno sobre o usufruto de seu Território. Nada que já não esteja assegurado por leis e que nem sempre acontece.

A voz da Amazônia não é branca, não fala inglês, não domina monitoramentos de satélite e nem termos como “desenvolvimento sustentável”. A voz da Amazônia é composta por inúmeras vozes, com diversas línguas, jeitos e sabedorias. E é esta a voz que precisa ser ouvida no que diz respeito aos Territórios que habitam e dão vida.



Índios libertam funcionários de Furnas após 26 horas

SÍTIO BRASIL DE FATO, 18.11.2013

Segundo representante de Furnas, indígenas queriam indenização por torres ficarem dentro de área da reserva

Maria Gizele da Silva, da sucursal de Ponta Grossa

Dois funcionários de Furnas, empresa subsidiária da Eletrobras, foram mantidos reféns por indígenas de Queimadas, em Ortigueira, nos Campos Gerais, por 26 horas. Eles faziam uma inspeção de rotina nas torres instaladas dentro da reserva indígena quando foram pegos pelos moradores e impedidos de deixar a aldeia. Após três horas de negociação com um representante da empresa, que veio do Rio de Janeiro, os indígenas liberaram os funcionários e um veículo da empresa. Os reféns não ficaram feridos.

O sequestro começou por volta das 15 horas de quarta-feira (30) e encerrou nesta quinta-feira (1) aproximadamente às 17 horas. O chefe de Relações Institucionais de Furnas, Pedro Cardoso Franco, conta que recebeu o telefonema de um dos indígenas na tarde de quarta-feira (30) afirmando que dois funcionários da empresa estavam sob o poder dos indígenas no Paraná.

"Eu até pensei que fosse trote", disse Franco, que tomou um voo na madrugada desta quinta-feira (1) do Rio de Janeiro para o Paraná e foi até a aldeia, que fica a cerca de 12 quilômetros da cidade de Ortigueira.

A reportagem não conseguiu contato com membros da aldeia nem com o escritório da Fundação Nacional do Índio (Funai), mas conforme Franco, os indígenas se queixaram do fato das torres passarem na área da reserva e não receberem nenhuma indenização por conta deste uso.

"Fiquei três horas em negociação com os indígenas, falei que nunca nos chegou nenhuma demanda por parte dos caciques", afirmou. Somente depois de afirmar que serão estudadas formas de apoiar socialmente a reserva é que os líderes da aldeia liberaram os dois funcionários e o veículo. "Foi só um susto", comentou Franco.

Representantes da prefeitura de Ortigueira acompanharam os funcionários de Furnas até a aldeia, mas as polícias Militar e Civil da cidade não precisaram intervir. Segundo Franco, foi feita uma ocorrência na Polícia Federal ainda no Rio de Janeiro. "Fiz a ocorrência porque não sabia que proporções a coisa ia tomar", afirmou. Mas, ele garante que a empresa não vai representar contra a reserva para a abertura de um inquérito policial. "Nós entramos em acordo. É claro que a maneira que eles agiram não foi adequada, mas não vamos representar contra eles", comentou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 77/ 2014

Brasília, 02 de maio de 2014.

A reserva de Queimadas tem três mil hectares é uma área regularizada pela Funai, ocupada por famílias kaingang que dispõe de escola e posto de saúde próprios.



PRF finaliza protestos e indígenas liberam a BR-060 na Serra de Maracaju

SÍTIO TOPMIDIA NEWS, 01.05.2014

No total, cerca de 50 indígenas bloquearam os quilômetros 508 e 510, pedindo melhores condições da estrada

Os protestos que começaram nesta terça-feira, dia 29, foram interrompidos pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), que liberou a BR-060, na região da Serra de Maracaju, próximo de Nioaque. No total, cerca de 50 indígenas bloquearam os quilômetros 508 e 510, pedindo melhores condições da estrada.

Segundo a assessoria de imprensa, a PRF liberou a via na noite de ontem, dia 30. E para garantir que não haja mais bloqueios a polícia está monitorando os três pontos obstruídos pelos indígenas na estrada.

Ainda de acordo com a polícia, foram três pontos bloqueados: dois na Serra de Maracaju e outro na BR-419, que liga Aquidauana e Nioaque. Os indígenas queriam a melhoria da rodovia porque a aldeia onde moram contorna 10 km da serra e haviam muitos acidentes no local.



Projeto de Vital garante que crédito de carbono em terra indígena pode ter parecer da Funai

SÍTIO JORNAL DA PARAÍBA, 02.05.2014

créditos de carbono em terras indígenas poderá contar com o parecer técnico da Fundação Nacional do Índio (Funai) em todas as etapas. Essa obrigação está prevista no substitutivo apresentado ao Projeto de Lei do Senado 95/2012, do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), que faz parte da pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) desta terça-feira (6). O parecer deve levar em conta aspectos como o consentimento da comunidade, equidade na repartição dos benefícios e respeito ao conhecimento tradicional dos povos indígenas.

No texto original, Vital sugere que a manifestação da Funai ocorra apenas na fase de comercialização de títulos do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões, relativos às emissões de gases de efeito estufa que foram evitadas.

Ao informar que essa é a última etapa do ciclo do projeto, o autor do substitutivo, senador Jorge Viana (PT-AC) considerou ser preciso maior envolvimento da fundação, para evitar frustrações nas comunidades envolvidas. Assim ele sugere, no substitutivo, a manifestação do órgão já na fase registro e validação do projeto, antes do início do desenvolvimento das atividades nas áreas indígenas e não somente na etapa final de comercialização. O senador peemedebista defende o amplo debate em torno do seu projeto e já antecipa que este será muito proveitoso.

Após votação na CMA, a matéria segue para decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A reunião está marcada para 8h30, no plenário 6 da ala Senador Nilo Coelho.



Justiça suspende licença prévia da UHE São Manoel
SÍTIO CANAL ENERGIA, 02.05.2014

MPF alega impactos irreversíveis a comunidade isolada de indígenas

Da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente

A Justiça Federal do Mato Grosso suspendeu a licença prévia da hidrelétrica de São Manoel (PA/MT-700 MW), pertencente a Furnas, EDP e China Three Gorges. A liminar, que atende pedido do Ministério Público Federal, prevê multa de R\$ 500 mil em caso de descumprimento pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. O juiz Ilan Pressler, da 1ª Vara de Cuiabá, assinalou que o licenciamento não pode ser acelerado, ignorando os impactos socioambientais sobre comunidades indígenas isoladas.

A usina está na área de influência das terras indígenas Munduruku, Kayabi e Apiaká do Pontal. Nesta última, vivem indígenas que optaram pelo isolamento voluntário. Segundo o MPF, os estudos ambientais apontam que a hidrelétrica pode causar escassez irreversível de recursos naturais, além da proliferação de doenças, com febre amarela e malária.

"Não se pode admitir, no presente momento, a continuidade do licenciamento da UHE São Manoel, sob pena de malferimento dos artigos 216 e 231 da Constituição, a permitir um etnocídio da minoria dos índios isolados pela sociedade envolvente", diz a decisão judicial. Os artigos 216 e 231 tratam da proteção do patrimônio cultural brasileiro e dos direitos indígenas. Para o juiz, os impactos não podem ser quantificados apenas pela distância entre as comunidades e a usina, pois a possibilidade de impactos diretos e indiretos.

A Justiça lembrou ainda que há um conjunto de usinas, além de São Manoel, em construção ou projetadas para a região, como Teles Pires, Colíder, Sinop e Foz do Apiacás.



Conflito entre Marinha e quilombolas tem novo capítulo na próxima terça-feira (6)
SÍTIO VOZ DA BAHIA, 02.05.2014

O impasse envolvendo a Marinha brasileira e habitantes do Quilombo Rio dos Macacos, comunidade localizada na Base Naval de Aratu, município de Simões Filho (BA), tem novo capítulo marcado para a próxima terça-feira (6). Na ocasião, os moradores devem apresentar sua avaliação sobre a nova proposta do governo, entregue no mês de março. Mais uma vez, o encontro será intermediado pela representação do Ministério Público Federal (MPF) na Bahia. A oferta atual propõe a cessão de 86 hectares dentro da atual área de Marinha para comunidade. Além disso, o governo se compromete a garantir a permanência da maior parte dos quilombolas onde residem atualmente, além da manutenção de áreas onde já cultivam, algo que ainda não havia sido contemplado em reuniões anteriores.

Outra novidade é o comprometimento, da parte do governo, de construir uma estrada para que os quilombolas tenham acesso independente ao território, já que atualmente a entrada utilizada é a portaria controlada pela Marinha, palco de recentes conflitos entre oficiais e quilombolas.

Expectativa : Na próxima reunião, a expectativa é de que seja firmado um acordo com o intermédio do MPF, que permita a formalização do território quilombola. Caso isso aconteça, de acordo com o MPF, a União deverá desistir das ações judiciais que já determinaram a remoção da comunidade do local. O conflito entre as partes se deve à tentativa da Marinha de retirar a comunidade da região que habitam há mais de duzentos anos.(Bahia Toda Hora)



Projeto de inclusão digital para quilombolas

SÍTIO MIRANTE/AM, 02.05.2014

SÃO LUÍS - A Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap), em parceria com o projeto Nova Alcântara e a empresa On Line, está desenvolvendo um projeto de inclusão digital para crianças e adolescentes das comunidades remanescentes quilombolas do município de Alcântara. As aulas iniciadas semana passada, têm como objetivo qualificar esse público para o mercado de trabalho. Durante a capacitação, que vai beneficiar 150 alunos, na faixa etária de 5 a 13 anos, serão oferecidos cursos como Excel, Power Point, Word e de navegação na internet.

Duas vezes por semana, as aulas de informática farão parte do cronograma de disciplina da escola. Na primeira aula, o manuseio dos 24 computadores com acesso à internet foi uma experiência nova e a cada descoberta das possibilidades dessa ferramenta, uma surpresa foi registrada na expressão de cada aluno do curso.

Foi assim com João Vítor Soares Costa de 11 anos. "Acredito que vai nos ajudar nas pesquisas da escola, nas brincadeiras também", exclamou o estudante. Mayquelly Pereira participante do curso definiu seu primeiro contato com a tecnologia como "diferente e interessante" na primeira aula de informática.

"Hoje o conhecimento para eles é uma novidade, mas para as empresas é uma exigência", enfatizou Maurício de Sousa, professor de informática do Polo. As crianças fazem parte de uma realidade muito distante do advento tecnológico. Elas deslocam-se de suas comunidades (Macaco, Tigua, São Raimundo, Centro Alegre, entre outras) até a escola por meio de transporte, conquista dos integrantes do projeto Nova Alcântara, que tem à frente o líder Edilson Lins. "Muitas levam até duas horas para chegar e o entusiasmo para o aprendizado não fica pelo caminho", enfatizou.



As reservas indígenas e os verdadeiros interesses nacionais

SÍTIO BLOG DO LAGO, 02.05.2014

Dilceu Sperafico*

A demarcação de novas reservas indígenas demonstra que a Fundação Nacional do Índio (Funai), parece interessada numa guerra fratricida entre agricultores, trabalhadores e índios, todos brasileiros e irmãos, de fato e de direito.

Com essa posição, a situação se torna cada vez mais difícil, como mostram mortes no Rio Grande do Sul. Se os conflitos já são preocupantes quando distantes, pioram muito chegando às nossas propriedades rurais, moradias e cidades, no Oeste do Paraná.

Mesmo depois de audiências no Ministério da Justiça e na Casa Civil da Presidência da República, quando nos foi garantido, em diversas oportunidades, que as demarcações não chegariam ao Paraná.

Tanto que no dia 17 de fevereiro último, a Funai baixou portaria, dando prazo de 130 dias, até o final de junho, para a conclusão de estudos antropológicos e ambientais, entre outros, para demarcação de área indígena em Guaíra e Terra Roxa, acabando com a economia dos dois municípios.

É uma notícia muito triste e lamentável, porque serão atingidas terras produtivas, adquiridas e ocupadas legalmente por verdadeiros agricultores, que produzem alimentos para o Estado, o País e exportações, há mais de 50 anos.

Todos com escrituras de suas terras, pagando impostos e desenvolvendo suas atividades nesse período, sem que houvesse um só indígena reivindicando reserva nas proximidades, mas a Funai insiste no conflito. Tanto que patrocina com dinheiro público, manifestações de indígenas em Brasília.

Como é órgão público, com direção nomeada pelo governo, são as autoridades federais as verdadeiras responsáveis por essa situação, sabe-se lá com que objetivos.

O mais grave é que no Oeste do Paraná a demarcação pode abranger áreas onde estudos antropológicos independentes já demonstraram que não se tratam de antigas áreas indígenas.

Quando existem tais documentos, mesmo que fruto de estudos de universidades, são considerados inválidos pela Funai, que gasta dinheiro público para contratar outro parecer, que venha de encontro aos seus objetivos.

Isso tudo demonstra que estudos utilizados pela Funai são encomendados e "fabricados", de acordo com os interesses do órgão e contrários aos anseios maiores da Nação, o que é muito grave.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 77/ 2014

Brasília, 02 de maio de 2014.

Na prática, não há a necessidade de demarcação de nenhuma nova área indígena no País, pois 12,6% do território nacional já são reservas, mesmo que os índios não representem nem 1% da população brasileira.

Isso significa que as atuais reservas têm capacidade de abrigar 10 e até 20 vezes mais do que os indígenas existentes no País, sem a necessidade de nenhuma nova demarcação.

O problema é que a meta da Funai seria demarcar 23% do território, o que demonstra o absurdo da iniciativa, pois pretende transformar áreas produtivas e responsáveis pelo desenvolvimento econômico e bem estar social do País, em terrenos totalmente improdutivos, contrariando o discurso social da reforma agrária.

Tanto que no Maranhão já está demarcando reserva para 30 famílias de indígenas em assentamento do Incra, com a expulsão de mais de dois mil trabalhadores beneficiados pelo programa a reforma agrária do governo, como já havia ocorrido no Mato Grosso.

Tal situação é ameaça real para Toledo, Palotina, Marechal Cândido Rondon e demais municípios do Oeste do Paraná, pois dos 30 ou 40 indígenas nativos da região, já são 900 com o reforço de pessoas vindas até de outros países.

*O autor é deputado federal pelo Paraná



Criança de 4 anos é hospitalizada com traumatismo após L200 capotar

SÍTIO PARANATINGA NEWS, 02.05.2014

Uma criança indígena de quatro anos, da etnia Cinta Larga, foi hospitalizada com traumatismo craniano em Juína (734 km a Noroeste de Cuiabá), nesta quinta-feira, depois que uma caminhonete Mitsubishi L200 Triton capotou na BR-174, a cerca de 15 quilômetros da sede daquele município.

Conforme informações da Polícia Militar, mais quatro pessoas – entre elas outra criança indígena, de oito anos - estavam no veículo e todas foram socorridas com algum tipo de ferimento. O socorro começou a ser feito por motoristas em carros particulares, que levaram as vítimas ao encontro da viatura de resgate do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

A L200 pertence à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e se deslocava no sentido Cacoal (RO) – Juína. No carro estavam as duas crianças indígenas, o motorista Jocemar Rodrigues Baliero, a enfermeira Priscylla Morenato Coelho e o técnico em enfermagem Ozias Cerqueira do Nascimento.

Conforme o motorista da Sesai, ele perdeu o controle da direção depois de um defeito mecânico na caminhonete, provavelmente em um dos cubos dianteiros. O veículo capotou por várias vezes, indo parar em uma área de pastagem ao lado da rodovia federal.

A criança de quatro anos ficou em estado grave, pois teria sido arremessada do veículo durante o acidente. A Polícia Civil recebeu o boletim de acidente registrado pela Militar e passa a investigar o caso.



Documento das lideranças Guarani do Rio Grande do Sul

SÍTIO CIMI, 02.05.2014

Nós lideranças Guarani do Rio Grande do Sul, viemos a público nos solidarizar com a luta do povo Kaingang. A luta dos povos indígenas é uma só, queremos ser respeitados e que nossos direitos sejam assegurados. Queremos, nós Guarani junto com os Kaingang, a imediata demarcação de nossas terras tradicionais como direito originário! Queremos denunciar que a lamentável morte de dois agricultores da região de Faxinalzinho é responsabilidade dos governos federal e estadual, porque estes governos vêm se omitindo em solucionar conflitos que envolvem indígenas e pequenos agricultores. Nós indígenas queremos a demarcação de nossas terras, comprovadas como terras dos nossos ancestrais. Por outro lado, os pequenos agricultores, que estão em nossas terras, aguardam por parte do governo a indenização.

Denunciamos também que o ministro da Justiça, o sr. José Eduardo Cardoso, se comprometeu em atender as demandas dos indígenas marcando uma agenda de reuniões, porém o próprio ministro cancelou por quatro vezes, agravando, cada vez mais, com essa atitude o conflito na região envolvendo os povos indígenas e os pequenos agricultores.

Ressaltamos mais uma vez, através deste documento, às autoridades governamentais, os graves problemas que afetam as comunidades indígenas Guarani em nosso Estado. Não é a primeira vez que nos dirigimos para as autoridades públicas apresentando nossos problemas, reivindicações e propostas.

Estamos também preocupados com o nosso governo do estado do Rio Grande do Sul que vem se manifestando publicamente pedindo a paralisação das demarcações de nossas terras e exigindo que a Funai não crie os grupos de trabalhos para proceder aos estudos de identificação e delimitação das terras que ainda não foram oficialmente reconhecidas como indígenas. O mesmo ataque contra direitos originários e constitucionais acontece contra os nossos irmãos quilombolas. Somos, indígenas e quilombolas, aqueles que mais sofrem com a falta de políticas públicas e com a negação de direitos e mesmo quando há sinais de que a Constituição Federal será cumprida no sentido de garantir nossos direitos à terra, a maioria de nossos parlamentares e as autoridades do estado se manifestam contra a nossa Lei Maior para defender interesses de empresas, fazendeiros e outros grupos que pretendem a exploração das terras e do meio ambiente.

Aproveitamos a oportunidade para nos manifestar contra as propostas que estão sendo apresentadas no Congresso Nacional, em Brasília, que visam mudar a Constituição Federal para limitar o alcance e a garantia de nossos direitos. Lá, na casa do Povo, a grande maioria de nossos deputados e senadores estão atrelados aos grupos de pessoas que querem se apossar de todas as terras e de todas as riquezas do solo e da natureza. Por conta disso, apresentam leis que querem destruir os direitos dos indígenas e quilombolas. Um dos exemplos disso é a PEC 215 (Projeto de Emenda à Constituição) que pretende retirar do Poder Executivo, do governo federal, a atribuição de demarcar as nossas terras e transferir esta

CONT.



obrigação para o Congresso Nacional. Queremos dizer que se isso acontecer nenhuma terra indígena ou quilombola será demarcada porque lá, no Congresso Nacional, a maioria dos parlamentares têm apenas compromisso com os ricos e poderosos de nosso país e serão sempre contrários aos nossos direitos e interesses.

Denunciamos, uma vez mais, que as demarcações de terras no Rio Grande do Sul estão muito lentas. As famílias Guarani e do povo Kaingang estão sofrendo há décadas. Praticamente todas as ocupações Guarani no RS apresentam problemas fundiários. Algumas situações são gravíssimas, pois nossas famílias vivem na beira das estradas onde não temos água potável, não temos terra, não há saneamento básico e as águas dos rios e córregos estão contaminadas pelos dejetos das lavouras e das fábricas. Nossas crianças, homens e mulheres estão doentes por causa desta realidade.

Um grave problema, atual e futuro, é o do pagamento das indenizações das benfeitorias e o reassentamentos dos ocupantes não indígenas que estão em nossas terras. Cabe à Funai a busca de solução para estas demandas. Pedimos que haja entendimento entre os governos federal e estadual no que se refere à essa situação. Além disso, exigimos que sejam atendidas as demandas relativas as terras abaixo relacionadas:

1) Cantagalo: O Cantagalo é uma das aldeias mais antigas no estado. Os estudos já foram concluídos, tudo já foi feito, mas os colonos ainda estão lá. Não aceitamos mais a demora na retirada dos ocupantes brancos. Já se passam anos da decisão do ministro e mais de 04 anos desde que a terra foi homologada pelo presidente da República, mas até agora eles estão lá. Tem famílias que estão pensando em ir embora. Além da demora na demarcação, as cercas estão abertas, e os animais dos vizinhos entram na terra e comem as plantações da comunidade indígena. A comunidade está muito desanimada com a demora.

2) Mato Preto: Solicitamos para que FUNAI conclua o procedimento de demarcação que está sob os cuidados do Ministério da Justiça.

3) Irapuá: Agora que finalmente saiu a publicação de identificação e delimitação, solicitamos rapidez nos demais passos, principalmente para que possamos construir nossas casas longe da beira da estrada e dentro de nossa terra.

4) Estrela Velha: O GT do início de 2008 ainda não apresentou o resultado. A TI Kaguy Poty seria uma das mais fáceis de encaminhar a demarcação no estado, pois os não-indígenas tinham vontade de sair. Por causa da demora do GT, estão começando a mudar de ideia, e conflitos podem ocorrer, POR CAUSA DA DEMORA NOS TRABALHOS. Exigimos que a pessoa responsável pelos trabalhos seja cobrada pela FUNAI para apresentar uma solução imediata. A CEEE que tem a propriedade das terras se dispôs a transferir a titulação da área para a Funai, mas esta não manifestou nenhum interesse em resolver a situação.

5) Capivari, Lomba do Pinheiro, Estiva e Lami: Solicitamos andamento para o GT criado em 2012 em relação ao qual, desde esse ano, não houve avanço. São situações difíceis, com pequenas áreas para muitas famílias, as quais aguardam há muito tempo o encaminhamento. Exigimos que o prometido seja cumprido.

CONT.



6) Itapuã, Ponta da Formiga, Morro do Coco: Estas terras estão em estudos de identificação e delimitação, desde 2008 e 2009. Estamos esperando o andamento dos estudos, e achamos que já poderiam estar mais adiantados. Solicitamos que a Funai agilize a publicação do relatório de identificação e delimitação, pois as comunidades estão em áreas muito pequenas, e aguardam as soluções o mais rápido possível.

7) Arroio do Conde, Petim e Passo Grande: Assim, como na reivindicação acima, estas terras estão em estudos de identificação e delimitação, desde 2008 e 2009. Estamos esperando o andamento dos estudos, e achamos que já poderiam estar mais adiantados. Solicitamos que a Funai agilize a publicação do relatório de identificação e delimitação, pois as comunidades estão em áreas muito pequenas, e aguardam as soluções o mais rápido possível.

8) Coxilha da Cruz: Aguardamos a solução para a completa regularização da Tekoá Porá, desapropriada pelo governo estadual no ano de 2000, mas até hoje aguardando a finalização das indenizações. O governo estadual não cumpriu com o protocolo de intenções para terminar o pagamento. Atualmente a comunidade ocupa apenas a metade da área desapropriada.

9) Mata São Lourenço e Esquina Ezequiel: A Mata São Lourenço é uma das poucas áreas com matas boas na região das missões. A FUNAI deve encaminhar um GT, antes que essa mata seja terminada para dar lugar a monocultura de soja. A Esquina Ezequiel, nas margens do Arroio Piratini, deve estar junto com o GT para a Mata São Lourenço, pois também é uma área importante para a formação de aldeia na região das Missões.

10) Capi Owi: Terra de ocupação tradicional localizada no município de Pelotas e que vem sendo reivindicada por terceiros que se dizem proprietários da área que está ocupada por famílias Guarani. Aquela área é uma reivindicação antiga de nossos Karaí e Kunhã Karaí, mas a Funai nunca manifestou interesse em proceder aos estudos para a comprovação de que lá é uma terra Guarani. Exigimos que a Funai crie também lá um grupo de trabalho para proceder aos estudos de identificação e delimitação da área.

11) Arenal/Santa Maria: Solicitamos que a Funai crie um grupo de trabalho para a identificação e delimitação da terra reivindicada pelos Guarani.

12) Águas Brancas: Solicitamos que o processo para ocupação da TI Águas Brancas seja encaminhado, pois ela já está declarada em Portaria.

13) Duplicação da BR-290: Solicitamos agilidade da Funai na aprovação do PBA (Plano Básico Ambiental) em função das obras de duplicação da BR-290.

Também queremos lembrar neste documento de nossos irmãos Kaingang que, assim como os Guarani, padecem pela falta de políticas públicas e pela falta de terra fazendo com que centenas de famílias sejam obrigadas a acampar na beira de estradas, como vem ocorrendo na região norte do estado do Rio Grande do Sul. Lembramos também daquelas famílias que são obrigadas a viver nas periferias de cidades porque o governo não assegura políticas adequadas para que elas consigam retirar o sustento através do seu trabalho nas terras já demarcadas. Apoiamos as lutas pela demarcação de terras de todas as famílias Kaingang e do povo Charrua,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 77/ 2014

Brasília, 02 de maio de 2014.

pois assim como nós eles enfrentam a omissão e o desrespeito dos órgãos de assistência. Apoiamos também as lutas de todas as comunidades Quilombolas, pois eles sofrem com o preconceito e com o desrespeito do poder público e de grande parte da sociedade.

Unidos, indígenas e quilombolas, nossas vozes vão ecoar para muito mais longe e nossas lutas se fortalecerão na caminhada pela garantia de nossos direitos.

Atenciosamente,

Lideranças das Comunidades Guarani do RS

Porto Alegre, 30 de abril de 2014.



SDH e Funai lançam cartilha de Registro Civil de Nascimento de Povos Indígenas para combater sub-registro

SÍTIO IBDFAM, 02.05.2014

O Governo Federal por meio da Secretaria de Direitos Humanos e a Fundação Nacional do Índio (Funai), oficializou na segunda-feira (28) o lançamento da cartilha sobre Registro Civil de Nascimento de Povos Indígenas. A iniciativa procura erradicar o sub-registro de índios.

Cerca de 600 mil crianças brasileiras com até 10 anos não têm certidão de nascimento, ou seja, uma porcentagem de 6,6% da população, sendo que mais da metade delas vivem em aldeias indígenas. Conforme os dados do censo realizado entre 2002 e 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tinha uma taxa de 20,3% de crianças até 10 anos sem certidão de nascimento e o índice caiu para 6,7% em 2012.

A ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Ideli Salvatti, explica que com mutirões voltados para comunidades indígenas e cidades com maiores índices de crianças sem registro de nascimento, o governo espera que até o final deste ano, a prática de sub-registro no país chegue a menos de 5%, percentual considerado erradicado pelas Nações Unidas.

De acordo com a ministra, as pessoas que não tem a certidão de nascimento ou o registro civil não podem acessar nenhum direito e benefício. Segundo ela, a falta de registro anula até mesmo a existência do indivíduo para a sociedade brasileira. Ao todo, 68 etnias serão atendidas, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país, onde há maiores índices de sub-registro.

A presidente da Funai, Maria Augusta Assirati, lembrou que, este ano, as ações priorizarão o registro de nascimento indígena e também serão realizadas campanhas de conscientização, mutirões para a emissão do documento e sete oficinas de capacitação em 49 municípios de cinco estados. Ainda será criada a semana voltada para mobilização do registro civil, em conjunto com o Ministério da Educação.

Segundo Maria Augusta, o direito de registro de crianças com nomes indígenas é assegurado por lei, mas existem vários casos em que isto acaba não ocorrendo devido à ausência de conhecimento processual dos cartórios. Estas orientações podem ser conferidas na nova cartilha. A presidente da Fundação afirma que o Brasil vive um momento de afirmação dos direitos indígenas, e que para termos uma política indígena integral precisamos de outros órgãos. Com informações da *Agência Brasil



Indígenas que mataram agricultores responderão pelo crime como cidadãos comuns, afirma jurista

SÍTIO RÁDIO TAPEJARA, 02.05.2014

As leis não consideram indígenas incapazes

O crime praticado por indígenas, contra os agricultores Anderson Souza, de 27 anos, e Alcemar Souza, de 36 anos, no final da tarde de segunda-feira em Faxinalzinho continua a repercutir.

Devido à gravidade dos atos, resultando na morte dos dois agricultores, muitos se questionaram se os criminosos, por serem índios, teriam algum tipo de privilégio.

Para esclarecer a situação, o advogado Osmar Teixeira, explicou que as leis, atualmente, não mais consideram os indígenas incapazes, salvo nos casos em que eles vivam sem contato com o homem branco e a sociedade e desconheçam as leis.

O que significa que seis direitos primitivos devem ser preservados. Nos demais casos eles respondem como qualquer outro cidadão. E mais ainda, no caso específico de Faxinalzinho, conforme salienta Teixeira, o uso de arma de fogo revela a escolha de um meio letal, significando que os criminosos sabiam o que estavam fazendo.

Sobre a possibilidade da União poder ser responsabilizada pelo que ocorreu, conforme registraram alguns deputados, o advogado não acredita nesse tipo de punição. Ele explica que não há uma ação direta do governo, apenas o descumprimento de uma lei, o que não dever resultar em pena.

Fonte:

Uirapuru



Arqueólogos encontram urnas com restos mortais indígenas no Amapá

SÍTIO MUDIAMAX, 02.05.2014

Arqueólogos encontraram urnas com restos mortais de índios que habitaram o Amapá entre os anos 1000 e 1300. Os achados estavam enterrados em um ramal localizado na comunidade Curiaú Mirim, Zona Rural de Macapá. Produzidos de argila, os artefatos foram confeccionados por tribos que originaram a etnia Palikur, segundo o Instituto de Pesquisas do Amapá (Iepa). As escavações no local da descoberta iniciaram-se em 2010, após uma ossada humana ser achada por um jovem.

Atualmente, oito profissionais trabalham na área de aproximadamente 1,5 mil metros quadrados. O coordenador da pesquisa, João Saldanha, explica que em alguns dos recipientes há desenhos tipicamente marajoaras, representando um momento de interação entre os povos. "Temos um conjunto de sítios que mostram que os grupos indígenas do Amapá estavam passando por um processo de interação com os grupos do Marajó [ilha do Estado do Pará]", reforçou.

Ao todo, 19 urnas já foram descobertas, sete delas há pouco mais de 20 dias. "Estava sendo feita uma obra neste ramal. Um rapaz foi olhar o que havia dentro de um buraco aberto com a obra e viu ossadas lá dentro. O Iphan [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional] foi acionado e foi descoberto o sítio", relatou Saldanha. Ele acrescenta que o Amapá abriga 500 sítios arqueológicos.

Segundo o arqueólogo Cleber Santos, as urnas funerárias têm acabamentos simples, o que ajuda na identificação da hierarquia social a qual pertenciam. Ele destacou a descoberta de materiais que podem ajudar os pesquisadores na identificação da origem de rituais indígenas. "Algumas quebras podem ser até intencionais por fazerem parte da cultura dos povos. Essas peças são importantes para entendermos a natureza cultural das tribos", observou.

A previsão é de que as escavações sigam até 30 de maio. Após essa etapa, as peças encontradas serão encaminhadas para limpeza e análise laboratorial. Os artefatos ficarão em uma reserva técnica na sede do Iepa, em Macapá.



Quando o governo é inimigo de trabalhadores e indígenas

SÍTIO ENVOLVERDE, 02.05.2014

Sydney, Austrália, 2/5/2014 – A violência do Estado contra a dissidência política é cotidiana em cidades como Cairo, Bangcoc e Kiev, onde a polícia reprime a cidadania que deveria proteger. Mas em alguns países em desenvolvimento as forças da ordem atacam também a oposição indígena à extração de recursos naturais que os governos impulsionam em aliança com empresas privadas.

Povos indígenas de todo o mundo sofrem o despojo de suas terras diante do avanço da indústria extrativista. Quando fracassam as vias regulares para resolver as discrepâncias com as autoridades, os ativistas enfrentam o uso desproporcional da força, a detenção ilegal e a penalização de seus líderes. Por outro lado, os autores da violência de Estado gozam, invariavelmente, de impunidade.

Mandeep Tiwana, da Aliança Mundial para a Participação Cidadã Civicus, uma organização com sede em Johannesburgo, disse à IPS que a vítima final é a confiança das pessoas no governo representativo. “O descumprimento por parte do Estado – por não cobrar explicações das forças de segurança e de outras entidades estatais e não estatais poderosas pela violação das liberdades democráticas e do direito à expressão da dissidência legítima – solapa severamente a democracia”, afirmou.

A polícia sul-africana matou 34 mineradores em uma greve de 2012, em um tiroteio na mina de platino da empresa britânica Lonmin, na localidade de Marikana. São muitos os que veem o caso como um ponto de inflexão do estado atual da brutalidade estatal e empresarial. No mesmo ano, as forças públicas do Panamá utilizaram balas de borracha e gás lacrimogêneo contra indígenas ngãbe e buglés que se manifestavam contra a mineração de cobre em seus territórios, com saldo de três mortes. Em maio de 2012, a polícia do Peru matou dois dos manifestantes que protestavam contra o dano ambiental e a falta de benefícios da mina de cobre Tintaya, na província de Espinar e propriedade da empresa suíça Xstrata.

O Dia Internacional dos Trabalhadores, comemorado no dia 1º, é uma lembrança da opressão que sofrem indígenas e trabalhadores de todo o mundo.

Na região do Pacífico a extração de minerais e gás, dominada por transnacionais, é protegida por esquadrões policiais móveis. Isso é comum em Papua Nova Guiné, onde 28% da população vive abaixo da linha da pobreza. Nos últimos anos, a polícia desalojou com violência os moradores próximos da mina de ouro Porgera, na província de Enga, propriedade majoritária da firma canadense Barrick Gold, e matou um trabalhador contrário ao projeto de gás natural liquefeito nas terras altas, conhecido como PNG LNG.

O protesto pode ser o último recurso dos que têm menos influência sociopolítica. Na África do Sul, “aumentaram as greves e os protestos do fornecimento de serviços, muitas nas

CONT.



comunidades mineiras impactadas”, disse à IPS David van Wyk, membro da Fundação Bench Marks. Quando as autoridades não consideram as queixas, os problemas sociais são deixados para a polícia, “o que provoca o aumento da brutalidade policial”, apontou.

A violência de Estado reflete o papel fundamental que têm os recursos naturais no poder nacional, geopolítico e militar. Muitos países, entre eles Papua Nova Guiné, Guatemala e Nigéria defendem seu direito soberano aos minerais do subsolo, o que pode prejudicar o direito dos povos indígenas aos seus territórios ancestrais.

Contudo, com a repressão dos protestos, os países em desenvolvimento também atuam em favor dos interesses neoliberais dos grupos transnacionais e dos grupos de interesses externos. Na localidade sul-africana de Marikana, a violência estatal em nome da segurança permitiu que a mina Lonmin permanecesse alheia à responsabilidade direta na violação de direitos humanos.

Na Nigéria, 50 anos de exploração petroleira no Delta do Níger, por empresas como Shell e Chevron Texaco em aliança com o Estado, enriqueceram as elites estrangeiras e locais. O petróleo gerou mais de US\$ 350 bilhões em renda para o Estado, enquanto 69% dos habitantes ogonis e ijaws vivem na pobreza. As enormes quantias recebidas pelo Estado nigeriano asseguraram a dotação de recursos da Força Especial Conjunta Militar, dedicada a proteger as instalações petroleiras e sufocar as comunidades alienadas pela marginalização.

Esquadrões móveis da polícia de Papua Nova Guiné são financiados há décadas pelo governo australiano, que tem participações em projetos extrativistas, com a empresa conjunta Exxon Mobil PNG LNG.

Kristian Lasslett, da organização Internacional State Crime Initiative (Iniciativa Internacional Contra os Crimes de Estado), com sede em Londres, afirmou que a união da oposição local representa uma ameaça para a aliança público-privada em Papua Nova Guiné. “Acabaria com a estrutura de oportunidades aproveitada por um setor dos investidores estrangeiros que ignoram as leis nacionais e os costumes locais, e seria um golpe para os empresários nacionais que realizaram com eficácia apropriações ilegais de terras e corruptas transações de recursos”, pontuou.

As empresas Barrick Gold e Esso Highlands têm contratos para dar apoio às unidades policiais com veículos, alojamento, alimentação e combustível. As cláusulas que indicam que o apoio está condicionado ao cumprimento de normas internacionais de conduta pelos organismos estatais raramente são aplicadas. Lasslett explicou que as empresas “adotam a política do ‘nada ouço’ quando se trata de violência de Estado”.

Após a queda das torres gêmeas em Nova York, em 2011, também foram reforçadas as medidas antiterroristas para lidar com os protestos. O governo da Guatemala utilizou a ameaça do terrorismo para declarar estado de sítio em maio de 2013, após as manifestações contrárias à mina de prata Escobal, no sudeste do país. Isso preparou o caminho para a suspensão das liberdades civis e a introdução da lei marcial.

CONT.



A justiça para os setores marginalizados é um enorme desafio em uma época de crescente poder ilegítimo, como descrito no informe Estado do Poder, do Transnational Institute (TNI), deste ano. O documento diz que a influência empresarial sobre os governos é um dos motivos de o Estado não prestar conta de suas ações aos governados, mesmo nos países democráticos.

“As corporações, por meio dos acordos comerciais e de investimento e da captura empresarial das instituições políticas também teceram uma rede de impunidade que protege seus ganhos e sua responsabilidade em matéria de direitos humanos e abusos contra o ambiente”, disse à IPS a investigadora do TNI Lyda Fernanda. Muitos Estados onde há opressão não cumprem os códigos internacionais de conduta policial nem com seu dever de proteger os direitos humanos dos cidadãos.

Segundo Tiwana, o direito internacional deve contar com o apoio da legislação nacional e de organizações independentes de direitos humanos e comissões de responsabilidade da polícia. “A lei favorece os que têm grandes reservas de dinheiro e os que têm a capacidade e os contatos para apoiar suas afirmações com as formas de evidência que os tribunais aceitem”, ressaltou Lasslett. “Isto não quer dizer que as comunidades não possam ganhar nos tribunais, mas não é um campo em que têm muitas vantagens”, acrescentou.

Lasslett acredita que quando a impunidade se apoia na corrupção e em procedimentos inadequados de denúncias contra a polícia, a forma mais eficaz de defesa dos direitos são os movimentos sociais fortes. Os povos indígenas, “a arma mais poderosa que têm é sua própria história, cultura e costumes”, enfatizou. Envolverde/IPS

(IPS)



Rodelas: Chesf e indígenas avançam em acordo sobre terras

SÍTIO MUNICÍPIOS BAIANOS, 02.05.2014

A 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais) do Ministério Público Federal (MPF) realizou reunião nesta quarta-feira, 30 de abril, em busca de solução para o reassentamento de famílias do povo indígena tuxá de Rodelas, removidas de suas terras tradicionais ainda na década de 1980 para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica, na Bahia. O encontro, na sede da Procuradoria Geral da República, em Brasília, contou com representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai), da Advocacia Geral da União (AGU), da Companhia Hidrelétrica do Vale São Francisco (Chesf), do Ministério da Justiça, da Casa Civil da Presidência da República e dos tuxás.

Na pauta, estava a operacionalização de decreto presidencial publicado em 13 de março deste ano e que declarou de interesse social, para fins de desapropriação, uma área de 4.392 hectares no município de Rodelas. Segundo a Funai, no local, há 210 imóveis.

Como o decreto tem validade de dois anos, o objetivo principal é que as desapropriações ocorram dentro desse prazo. Para tanto, foi definida como prioritária a desapropriação de uma área de 750 hectares do total de 4.392.

Inicialmente, a avaliação do valor do terreno, que já havia sido feita há alguns anos, passará por atualização. Depois, os proprietários serão indenizados, o que permitirá o ingresso da comunidade tuxá no local. Para agilizar o processo, que depende de vários órgãos vinculados ao governo federal, a Casa Civil comprometeu-se a realizar reunião com esses órgãos no dia 7 de maio, a fim de que se determine a data de início dos trabalhos de campo. Também nessa reunião, será exigido do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) um cronograma para a finalização do trabalho e para as demais ações que lhe couberem.

Além disso, a Chesf abriu mão de fazer uma avaliação independente e se comprometeu a não contestar os critérios oficiais do Incra e da Funai, ressalvada a possibilidade de solicitar esclarecimento a respeito do laudo elaborado.

Histórico

Na década de 1980, o povo tuxá foi desalojado de suas terras por força da construção da Hidrelétrica de Itaparica e até hoje seu reassentamento não foi concluído. O MPF entrou com uma ação civil pública em 1999 para que a Chesf compensasse os indígenas. Em 2004, houve a celebração de um termo de ajustamento de conduta que previa o pagamento de indenizações e aquisição de terras para os tuxás. Desde então, o MPF vem trabalhando para que o acordo seja cumprido integralmente.

Fonte: Ação Popular



Cabo Frio exhibe filmes com temática afro-brasileira e indígena

SÍTIO JORNAL TERCEIRA VIA, 02.05.2014

Os filmes são exibidos sempre às quartas-feiras, a partir das 18h, no Centro de Estudos Natália Caldonazzi

A Secretaria Municipal de Educação de Cabo Frio, por meio do Departamento de Formação Continuada (DEFOC), está exibindo filmes, seguido de rodada de debates, sobre temas voltados para a história e cultura afro-brasileira e indígena. Os filmes são exibidos sempre às quartas-feiras, a partir das 18h10, no Centro de Estudos Natália Caldonazzi.

De acordo com a professora Tarsiana Almeida, diretora do DEFOC, a rodada de debates vai permitir aos professores subsídios teórico-metodológicos para a aplicação da Lei 11.645/08 que institucionaliza o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e indígena nas escolas públicas e privadas que ofereçam o Ensino Fundamental e Médio.

O CineAfro e Indígena é parte dos cursos de Formação Continuada e os participantes receberão declaração de carga-horária. Jaqueline do Couto, coordenadora pedagógica do DEFOC, explica que a oferta dos cursos com formato diferenciado foi estratégia para apresentar, na prática, recursos diversificados para abordagens de temas afro-brasileiros e indígenas.

– O objetivo é que o professor reflita sobre os estereótipos e preconceitos construídos ao longo da história do Brasil repensando suas práticas pedagógicas. Tudo isso também faz parte do processo de reconstrução do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas. Afinal, a escola, quando bem articulada, é o espaço de construção, não só do conhecimento, mas, também, de formação da identidade, de valores, emoções e de interação social – complementa.

Os interessados já podem se inscrever, pois o primeiro filme será "Populações Indígenas – Expedições", na nesta quarta-feira, dia 09 de abril. Basta se dirigir Centro de Estudos Natália Caldonazzi, que fica na Rua Coronel Ferreira, nº 221, no bairro Portinho, ou ligar para o telefone (22) 99287 8631.

Confira a programação completa:

7/5 – A negação do Brasil - O negro nas telenovelas – Ensino Fundamental ao Ensino Médio
14/5 – Amistad – Ensino Fundamental ao Ensino Médio
21/5 – Quilombo – Ensino Fundamental ao Ensino Médio
28/5 – Hotel Ruanda – Ensino Fundamental ao Ensino Médio
4/6 – Kiriku e Feiticeira – Educação Infantil



Disputa de terras insufla discriminação de indígenas no RS

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 02.05.2014

Intolerância no RS. Disputa de terras insufla discriminação de indígenas no Estado. Das 96 áreas propensas a conflitos no país, 17 estão no Rio Grande do Sul

Quando o deputado federal gaúcho Luis Carlos Heinze (PP) se referiu a índios como "tudo o que não presta", elencando-os ao lado de quilombolas e homossexuais, em Vicente Dutra, no ano passado, tornou claro um conflito latente que, no mês passado, levou ao assassinato de dois agricultores em Faxinalzinho.

A disputa de terras com agricultores, a despeito das razões de cada lado, também reforça um preconceito histórico contra as populações de índios no Estado. Desde o início do ano, quando passou a contabilizar separadamente esse tipo de ação, a Defensoria Pública do Estado registra cerca de 30 processos em tramitação envolvendo suspeita de discriminação de grupos indígenas. É quase o dobro do número de casos envolvendo racismo, segundo a defensora pública e dirigente do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos Alessandra Quines.

— A questão é a demarcação das terras. Eles não entendem como os agricultores pensam, mas os agricultores também não entendem os indígenas. São chamados de vagabundos, dizem que não precisam de tanta terra — sustenta a defensora.

Um dos casos em aberto na Defensoria Pública envolve um pequeno grupo xokleng — etnia quase desconhecida no Estado — que reivindica uma área distribuída entre os municípios de São Francisco de Paula, Riozinho e Maquiné, entre a Serra e o Litoral Norte.

Um dos representantes dos xokleng, Leonir José Teixeira (também conhecido como Rapani), 58 anos, afirma que já foi alvo de hostilidades e testemunhou agressões na região próxima ao território em disputa. Quando entrou em um mercado para comprar banha, um morador de Riozinho pegou um taco de sinuca e se preparou para agredi-lo. Foi dissuadido pela dona do estabelecimento.

— O sujeito me xingou de índio sujo e vagabundo — conta Teixeira, que trabalha como funcionário de uma escola de Viamão mas pretende retomar a vida junto à natureza de seus antepassados.

Outro xokleng se envolveu em uma briga e levou uma pontada de facão no peito. A morte dos agricultores em Faxinalzinho, porém, demonstra que explosões de violência ocorrem de ambos os lados. A origem dos confrontos atuais é bastante antiga, segundo o historiador e professor da Universidade de Passo Fundo Tau Golin. No século 19, os indígenas começaram a ser confinados em reservas no Brasil. Em meados do século passado, essas reservas perderam espaço no Rio Grande do Sul, e famílias teriam sido expulsas de muitas localidades para dar

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 77/ 2014

Brasília, 02 de maio de 2014.

espaço a propriedades agrícolas. Neste momento, quando as demarcações pretendem seguir o caminho inverso e recuperar parte dessas áreas, o conflito entre índios e brancos se intensifica.

Dados confirmam essa interpretação: um levantamento apresentado no ano passado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) apontava que o Rio Grande do Sul era o Estado com maior número de áreas sujeitas a conflito, com 17 das 96 regiões identificadas como problemáticas no país ao final do primeiro semestre.

— Os governos precisam resolver o problema social de muitos colonos, assentá-los, dar terra a eles. Mas a situação do pequeno agricultor não pode ser a justificativa para admitir que quem tem direito primário à terra fique acampado à beira da estrada enquanto os processos de demarcação correm há 15, 20 anos — opina Golin.

* Colaborou Cleidi Pereira



Série documental mostra precariedade no tratamento penal de indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 02.05.2014

Há um despreparo da justiça brasileira ao lidar com particularidades dos povos indígenas, o que ocasiona e potencializa o desrespeito aos direitos humanos

Por Adital

O Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC) está lançando a web série documental “O indígena e o Novo Código Penal”, que mostra o quanto a política criminal em relação aos indígenas no Brasil é ofensiva e desproporcional. Os vídeos são fruto de uma coletânea de depoimentos feitos durante um debate promovido pelo ITTC, no qual se discutiram alternativas e um tratamento mais digno para os povos indígenas na legislação brasileira.

A web série é composta por quatro vídeos e mostra os depoimentos de Michael Nolan, presidente do ITTC; André Lasmar, procurador da República; e Guilherme Madi, advogado e diretor do Instituto de Direito de Defesa (IDDD).

Segundo depoimentos exibidos no documentário, o Código Penal Brasileiro, datado de 1940, é completamente ultrapassado e omisso em relação à questão indígena. Há um despreparo da justiça brasileira ao lidar com particularidades dos povos indígenas, o que ocasiona e potencializa o desrespeito aos direitos humanos.

“A identificação do preso indígena é um tema totalmente negligenciado no Brasil, nós não sabemos quantos presos indígenas nós temos, não sabemos onde eles estão e nem quais crimes eles cometeram”, afirma André Lasmar.

Os defensores dos direitos dos indígenas reivindicam que a Constituição Brasileira, o Estatuto do Índio, bem como a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), sejam respeitadas. Solicitam que o Projeto de Lei 236/12 seja revisto para que o critério de autoidentificação com respaldo comunitário seja previsto no novo Código Penal Brasileiro, possibilitando assim critérios mais eficazes durante o tratamento penal do indígena.

No documentário, são apresentadas explicações e alternativas viáveis para o respeito ao indígena, no que diz respeito ao tratamento penal. O comprimento da pena em regime de semiliberdade, respeito aos sistemas tradicionais de justiça dos povos indígenas, direito à autodeterminação e à autoidentificação são pontos apresentados pelos que defendem o tratamento diferenciado para os índios.

Madi, advogado e diretor do IDDD, declara que os direitos dos indígenas estão ameaçados por conta de um novo Projeto de Lei, proposto pelo senador Pedro Taques. O Projeto previa mais um direito, pelo qual se estabelecia um critério de exclusão da culpabilidade quando a conduta

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 77/ 2014

Brasília, 02 de maio de 2014.

efetivada pelo índio estivesse de acordo com a cultura do seu povo. O texto respeitava os costumes e a cultura dos índios, mas devido às novas emendas apresentadas por Taques, os textos do Projeto de Lei foram modificados, acarretando a exclusão de algumas garantias aos índios. Segundo o ITTC, as emendas propostas em nada agregam ou protegem os direitos dos indígenas, ao contrário, apenas provocam a piora do tratamento penal dado ao índio.

Para assistir um trecho da web série acesse:

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=uMsk4XqvFxA

Para acessar os outros vídeos acesse o site do ITTC

<http://itcc.org.br/itcc-documenta-o-indigena-e-o-novo-codigo-penal.html>

Ficha técnica

Filme: O indígena e o Novo Código Penal

Gênero: Série documentária

Duração: 16 minutos

País: Brasil

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Vanessa Rodrigues.



Sem luz, TV e internet, moradores de ilhas do São Francisco vivem isolados de tudo
SÍTIO O ESTADO DE MINAS, 02.05.2014

Série do EM revela isolamento de famílias que vivem no meio do Velho Chico. Desconectadas do mundo há gerações, elas não têm luz, desconhecem a internet, pouco sabem sobre Copa do Mundo e menos sobre eleições. Só temem que a seca consuma o rio e seus próprios costumes

Pirapora, Várzea da Palma, São Francisco, Januária, Pedras de Maria da Cruz, Itacarambi, Matias Cardoso e Manga - Ao longo de toda história, a humanidade nunca se desenvolveu tanto nem tão rápido quanto nos últimos 50 anos. Da popularização do computador à era das redes sociais, o planeta experimentou uma verdadeira revolução nos costumes, na qualidade de vida e na comunicação. Mas, no meio do sertão mineiro, contraditoriamente cercada de água por todos os lados, há uma gente que nem sequer suspeita o que seja internet, vive à luz de lamparina, mal sabe o nome de seus governantes e ignora eventos badalados mundialmente, como a Copa do Mundo. Em ilhas no meio do Rio São Francisco, como na mítica Macondo, do premiado e recém-falecido Gabriel García Márquez, gerações se sucedem isoladas do mundo, desde que foram expulsas de terra firme por fazendeiros e se refugiaram no meio da correnteza.

São pessoas que tocam a existência como se estivessem cinco décadas atrás, transmitindo para seus descendentes práticas primitivas, com quase nenhum contato com inovações tecnológicas ou os benefícios proporcionados por elas. Ilhados do mundo, só percebem os impactos do progresso que chegam com a correnteza: seca fora de época, lixo, assoreamento e morte da fauna, que ameaçam seu próprio estilo de vida. Para mostrar essa realidade, a equipe do Estado de Minas viajou pelo Rio São Francisco até a divisa com a Bahia, cortando vários municípios em pequenos barcos movidos a motor, e conviveu com dezenas de famílias ilhadas. O resultado dessa expedição integra a série "Ilhéus do São Francisco", que estreia hoje.

Para quem vive no meio da correnteza, o São Francisco é tudo: é estrada, fonte de água e de alimento. É ele que dita o momento de plantar, de colher e de fugir da enchente, carregando o que é possível; mostra também a hora de voltar e catar o barro das margens para refazer as casas que a cheia destruiu. O rio é quem dá o peixe (cada vez mais escasso) e, sim, leva os excrementos. O saneamento é um dos dramas entre os ilhéus do Velho Chico. Sitiados em práticas rudimentares, eles desconhecem o uso de vaso sanitário: as "necessidades" são feitas no mato. Chuveiro também não parte faz da rotina dessas pessoas, que tomam banho no leito, o mesmo de onde retiram a água para beber, sem nenhum tipo de tratamento. Em algumas casas, o antigo "pote" ocupa o lugar do filtro.

As dificuldades que tentam superar são inúmeras, a começar pelas moradias precárias, quase todas de pau a pique – arquitetura herdada do Brasil colônia, com estruturas de barro e varas entrelaçadas e piso de terra batida. Nas cheias, os casebres costumam ser invadidos – e

CONT.



dissolvidos – pela água. Por isso, repetem-se histórias de famílias inteiras que foram expulsas pela enchente e depois retornaram para reerguer as paredes e reiniciar a vida. Esse ciclo peculiar não é apenas comum: é eternizado de geração em geração.

Nas ilhas tampouco há rede de energia elétrica. Nem a informação que chegaria com ela. “Não. Eu não sei de nada”, responde o lavrador aposentado Hélio Augusto do Nascimento quando perguntado sobre a aproximação da Copa do Mundo. Hélio ilustra o isolamento de muitos moradores das ilhas do Velho Chico. Vive em um único cômodo, na Ilha do Cearense, no município de São Francisco, distante 20 quilômetros da cidade. Nativo do lugar, não passa a existência totalmente só porque tem a companhia de Campeão, um cachorro “pé duro”.

O nome de batismo do companheiro de labuta poderia indicar a simpatia de Hélio pelos esportes. Mas o Mundial de futebol, que começa em junho e mobiliza o Brasil, não faz parte de seus pensamentos. “Tenho um rádio aí e pego... mas não guardo essas coisas na cabeça”, resume. Mas há muito mais coisas entre o Brasil e o mundo, na “terra firme”, que ele desconhece. Sobre a própria vida, inclusive. A seu respeito, declama o nome completo e afirma 65 anos, porém, não sabe exatamente quando nasceu. “Não tenho a data certa, não. O povo antigo não colocava a idade, o dia que nasceu. A mãe sabia ganhar a gente e pronto. Ficava por isso.”

O ilhéu sabe o nome da presidente da República, mas desconhece quem seja o governador do estado e também ignora que neste ano haverá eleições para ambos os cargos. “Fico aqui sozinho, isolado”, justifica. Computador não conhece. De internet, nunca ouviu falar. “Sou analfabeto. Não compreendo nadinha dessas coisas. O povo mais velho não ensinava nada para os filhos. Só ensinava o cabo da enxada, da foice e do machado para trabalhar”, constata. Além do dinheiro da aposentadoria, Hélio vive do que planta. A maior barreira que enfrenta é a dificuldade de se deslocar até a cidade, já que não tem sequer um barco. “Quando preciso ir, gasto 50 contos (R\$ 50) de ida e vinda”, reclama.

Açoite de sol e chuva

Em condições semelhantes, na Ilha dos Balaieiros, na altura do município de Pedras de Maria da Cruz, labuta Sinvaldo Teixeira do Amaral, de 64. Analfabeto, o ilhéu até conta que ouviu falar pelo rádio que a Copa do Mundo começa em junho, no Brasil, mas também desconhece que haverá eleições este ano. Sinvaldo conta que, juntamente com outras famílias, ocupa há mais de 50 anos a ilha, onde cultiva o solo na estiagem. “Neste ano plantei feijão. Mas, o sol foi muito forte e acho que não vai dar para colher”, constata.

Quando não é o sol que açoita a plantação, é a água que castiga. O agricultor conta já ter perdido as contas de quantas vezes, em períodos de chuva, teve que se mudar às pressas por causa da enchente, que faz a ilha desaparecer. Assim como os demais moradores, Sinvaldo vive um dilema: sofre com as cheias, mas sabe que não vive sem chuva. É ela que regulariza o nível do rio e garante a manutenção das lagoas marginais, berçários naturais para os peixes.

“A vida na ilha é sofrida demais. Mas vou continuar mexendo aqui até o dia que Deus quiser. Não tenho outro rumo”, afirma. Ele conta que já foi pior: antes, os moradores tinham somente

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 77/ 2014

Brasília, 02 de maio de 2014.

barcos a remo e demoravam horas para percorrer pequenas distâncias. "Agora tem empréstimo para comprar barco 'rabeta' (a motor)." A pequena embarcação custa em média R\$ 1,2 mil. Quantia que, para os ilhéus, representa uma breve esperança de vencer a solidão e, de tempos em tempos, se comunicar com o resto do mundo.



Moradores das ilhas fluviais se assustam com a seca e temem que o rio suma por completo

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 02.05.2014

Seca chegou bem antes do período tradicional de estiagem e população já teme até o fim do Rio São Francisco

Luiz Ribeiro – Estado de Minas

Pirapora, Várzea da Palma, São Francisco, Januária, Pedras de Maria da Cruz, Itacarambi, Matias Cardoso e Manga – Os antigos moradores das ilhas do Velho Chico já viram o rio correr limpo e preservado e com muitos peixes. Mas isso ficou só na lembrança. Ao longo dos anos, eles testemunharam a degradação descer pela corrente. Agora, assistem a uma drástica redução do volume de água do São Francisco, o que é tido como algo assustador, pois normalmente isso só ocorre de julho a setembro, no período crítico da estiagem. Neste ano, o “secamento” foi antecipado por causa da falta de chuvas no primeiro trimestre e da redução da vazão da usina de Três Marias (de 500 para 200 litros por segundo).

Moradores das ilhas já temem até o fim do São Francisco e perdem sono com a situação, pois não sabem viver sem o rio. A preocupação é manifestada pelo pescador Ermínio Rodrigues dos Santos, de 62 anos, pai de sete filhos, um dos moradores da Ilha do Corujo, no município de Pedras de Maria da Cruz. Sua simplicidade não o impede de constatar que a construção de represas e a retirada indiscriminada de água para irrigação são fatores que mais contribuem para matar o Rio da Unidade Nacional. “De onde só tira água e não põe, a água só pode acabar. Se Deus não tiver dó, este rio só vai diminuir cada vez mais”, alerta, em um misto de tristeza e impotência.

Ao percorrer quilômetros ao longo do Velho Chico, a reportagem do Estado de Minas constatou vários flagrantes de danos ambientais. Um dos mais comuns é a destruição de matas ciliares, denunciada pelos rebanhos pastando perto das barrancas. Em vários pontos surgem imensas áreas secas no meio do rio, as chamadas “croas”, que, conforme os antigos moradores, aumentam a cada ano, devido ao assoreamento. É ele que também faz com que o rio fique cada vez mais raso. A redução dos cardumes é outra triste realidade, dificultando a vida de quem depende da pesca para viver.

Entre esses, Ermínio tem boas recordações dos tempos que o São Francisco era preservado. “Antigamente, a vida da gente era sofrida do mesmo jeito. Só que o rio tinha peixe, e com fartura”, recorda o pescador. Enquanto os recursos naturais vão minguando, ele reclama do esquecimento a que historicamente ficam relegados os ilhéus do Velho Chico: “Se vem alguma verba ‘lá de cima’, em vez de passar para minha mão ou de outra pessoa, chega para as prefeituras. Mas eles desviam da gente. Não tem como a gente receber nada”.

O agricultor Joselito da Silva, de 64, da Ilha dos Balaieiros, também se diz assombrado pelo



fato de ver o Rio São Francisco secando muito antes do período crítico da estiagem. "Antigamente, o rio 'vazava' (reduzia o volume) no tempo certo. Agora, está tudo mudado. Para mim, isso é o fim das eras", diz ele, temendo o apocalipse em sua casinha de pau a pique.

IGUALADOS PELA POBREZA

Além do isolamento, a extrema carência é outro fator a igualar os moradores das ilhas do São Francisco. As famílias retiram sustento da pesca e de pequenas lavouras. Quem conta com a sorte de obter alguma sobra do que colhe não consegue vender o excedente, pela dificuldade de levar os produtos ao comércio mais próximo. Por essa razão, muitos sobrevivem do que recebem do Programa Bolsa-Família.

"O governo tem que mandar mais ajuda para a gente. O que sobra para o pessoal das ilhas é só migalha", lamenta Gentil Gonçalves Pinto, presidente da Associação dos Ribeirinhos do Rio São Francisco de Pedras de Maria da Cruz. Segundo ele, há cerca de 100 famílias vivendo em ilhas e nas vazantes do rio no município.

"Aqui falta tudo. Para tudo tem dificuldade", diz o lavrador Valdeci Ferreira da Silva, de 54, na casa de pau a pique, onde vive com Maria Nazaré Lima, de 29, na Ilha da Capivara, município de Pedras de Maria da Cruz. Das sete crianças na casa, quatro são filhas de Maria Nazaré com o antigo companheiro, que a abandonou. Todas foram assumidas por Valdeci e são criadas junto com a mulher, que recebe R\$ 394 do Bolsa-Família.

Uma das barreiras que famílias como a deles enfrentam é a dificuldade para conseguir atendimento médico. "Aqui é assim: se adocece alguém e é caso de precisar de médico rápido, a pessoa morre", diz Valdeci, referindo-se à demora da viagem da ilha até a sede de Pedras de Maria da Cruz – 10 quilômetros que custam em torno de uma hora a bordo do "rabeta". "O problema é que, chegando lá, a gente ainda tem que esperar muito", observa.

Também na ilha da Capivara o sofrimento é a marca da vida de Neide Pereira Lima, de 31, que "não tem leitura", não tem marido e é mãe de seis filhos. Neste ano ela plantou uma pequena roça de milho. "Mas, por causa do sol, não deu nada, não", reclama ela, que mantém a prole com os R\$ 394 do Bolsa-Família. Dinheiro que não basta para tantas bocas. "A gente passa necessidade, sim", admite ela, que mora em uma casinha de três cômodos, de pau a pique. No dia em que recebeu o EM, Neide servia arroz e macarrão para a criançada. A água usada pela família é apanhada no São Francisco e transportada em carrinho de mão. Banheiro ali é luxo desconhecido e ninguém estranha de precisar ir "ao mato" para fazer as "necessidades".

Em iguais condições vive Rosileide Batista Pinto, de 35, mãe de cinco filhos, moradora da Ilha da Ingazeira, em Manga, divisa com a Bahia, que sobrevive com R\$ 230 que diz receber do Bolsa-Família. Nos últimos tempos, trazer água do rio ficou mais difícil. Com a seca, o braço onde a mulher apanha água fica mais longe a cada dia. Se ele secar de vez, a mulher será obrigada a se deslocar mais de 600 metros para se abastecer no canal principal.

-



Boletim de Notícias - Edição nº 77/ 2014

Brasília, 02 de maio de 2014.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.



A luta pela apropriação da causa indígena no Brasil

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 02.05.2014

Por Gilda Miranda, em Revista Eletrônica

Há uma luta pela apropriação da causa indígena no Brasil, em várias regiões do país, travada por oportunistas. Oportunistas são a pior espécie de criatura. Eles farejam situações onde existem desvalidos, desamparados, excluídos, pessoas que não têm a quem recorrer para defender seus direitos, e se apresentam a elas como seus salvadores, seus benfeitores, como os seus heróis. Quando fazem isso, é porque já têm em mente algum projeto para tirar proveito daquela situação em benefício próprio, já arquitetaram um modo de se promover, ou de ganhar dinheiro, espaço na mídia, tornar-se uma celebridade ou algo assim. Infelizmente muitos deles estão entre os próprios indígenas, levando-os a crer, em sua ingenuidade, que serão conduzidos para uma solução, para um desfecho de seus problemas, mas na verdade são conduzidos a andar em círculos.

Acabo de testemunhar uma reivindicação absurda de DIREITOS EXCLUSIVOS DE EXIBIÇÃO do filme acima(*), CUJO CÓDIGO para inseri-lo em qualquer página da web, além das opções de enviar por e-mail ou até mesmo fazer download, está disponível no site da CÂMARA DOS DEPUTADOS. O reivindicante diz-se dono de direitos garantidos por um CONTRATO com o site da CÂMARA DOS DEPUTADOS, que dá direitos exclusivos de reprodução. Isso ocorreu no conhecido blog Combate Racismo Ambiental de Tania Pacheco, que muito contribui para denúncia e artigos sobre questões de exclusão social de minorias e devastação ambiental, que conta com colaboradores de peso como Telma Monteiro e outros ativistas conhecidos, militantes em defesa das causas sócio-ambientais.

Texano-na-Amazônia

Mas nada se compara ao cowboy texano que tem a CARA-DE-PAU de se apresentar como "O Salvador da Amazônia". Trata-se de John Cain Carter que veio direto da guerra do Iraque para a fazenda de seu sogro, onde esteve ao lado dos fazendeiros que contratam pistoleiros para extermínio dos moradores da região do Alto Xingú. Ele hoje administra a ONG Aliança da Terra em um confortável escritório comercial em Goiânia, conforme relata neste artigo de PLANETA SUSTENTÁVEL. Embora tenha enfrentado índios e toda espécie de confrontos territoriais característicos daquela região, ele alega que só desistiu de sua fazenda por causa de um quase bem sucedido ataque de cascavel à sua filha que na época era um bebê.

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=v60CZIFxjes

Ele garante que ensina aos fazendeiros a monitorar a devastação e a produzir de modo "sustentável" naquela região, onde está a maior floresta do planeta, onde é impossível fazer QUALQUER INTERVENÇÃO sem causar um impacto desastroso. Ele se coloca como um ativista

CONT.



que defende a Amazônia, enquanto promove o projeto do Estado que propõe o MONITORAMENTO do DESFLORESTAMENTO da "Amazônia Legal" – PRODES . O cowboy está preparando um livro onde relatará suas experiências na Amazônia, e garante que será um best-seller. Certamente espera fama e dinheiro, visibilidade na mídia e mais projeção para seu trabalho de assessoria e suporte para a política totalitária que o Estado vem implantando nas regiões de conflito, como documenta o vídeo abaixo.

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=y_NdwUpoiKM

Encerramos com o documentário AMAZÔNIA, UMA REGIÃO DE POUCOS, sobre como jornalistas e ambientalistas foram recebidos pelos fazendeiros da região do Rio Preto, no noroeste do MATO GROSSO, onde uma comunidade indígena, que recebe suporte do GREENPEACE, pediu ajuda para negociação da questão da demarcação de suas terras com os fazendeiros. É este o cerco impenetrável que é feito em torno dos territórios indígenas, onde os donos das terras demarcadas ficam ilhados, sendo intimidados, espoliados, roubados, invadidos, violados de todas as formas. Quando pedem ajuda, quem deseja chegar até eles para REALMENTE SOCORRÊ-LOS, esbarra nesta blindagem, que conta com a conivência do ESTADO e das autoridades locais. Vídeo compartilhado por JESUS YBARZO .

(*) O filme citado pode ser visto na Revista Eletrônica, na postagem original desta matéria. Optamos por não reproduzi-lo aqui por motivos que podem ser esclarecidos em Índio Cidadão? – Retirado do blog por exigência do "detentor dos direitos", embora disponibilizado pela TV Câmara. (Tania Pacheco)



Questão Indígena: Mais um índio tenharim implicado no triplo assassinato de não índios no Amazonas

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 02.05.2014

O Ministério Público Federal no Amazonas denunciou seis índios sob acusação de participarem do assassinato de três homens no interior da reserva indígena Tenharim, em Humaitá, no sul do Estado. Além dos cinco índios já presos, o MPF denunciou também a participação de Aurélio Tenharim no crime.

Os seis índios responderão por triplo homicídio duplamente qualificado (motivo torpe e sem chance de defesa). Quatro deles também são acusados de ocultação de cadáver, de acordo com a Procuradoria.

O funcionário da Eletrobras Aldeney Salvador, o representante comercial Luciano Ferreira e o professor Stef de Souza viajavam juntos pela rodovia Transamazônica, que corta a terra indígena tenharim marmelos, quando foram assassinados pelos índios.

Segundo a Procuradoria, as investigações concluíram que as vítimas foram mortas a tiros no dia 16 de dezembro de 2013. Os corpos dos três homens só foram encontrados em 3 de fevereiro por uma força tarefa militar do Governo. Veja o relato do soldado que encontrou os corpos.

O desaparecimento dos três homens gerou protestos violentos na região no fim de dezembro. Moradores atearam fogo à sede local da Funai e destruíram veículos e barcos que transportavam índios.

Com a tensão, índios evitaram se deslocar a Humaitá. A Força Nacional foi enviada ao local para evitar conflitos. O Ministério Público Federal recorreu à Justiça para garantir a proteção da terra indígena.

Os índios teriam matado os três homens em retaliação à morte do cacique Ivan Tenharim, 55. De acordo com a polícia local, o cacique morreu em um acidente de trânsito. Mas o coordenador local da Funai, Ivã Bocchini, publicou um post no blog da Fundação afirmando que o cacique teria sido assassinado.

De acordo com as investigações, o texto do funcionário da Funai motivou a ação dos índios. Dois dos autores do crime são filhos do cacique morto. Depois do episódio, a Funai exonerou o coordenador regional que publicou o post, apontando-o como incentivador da tensão.

A família do cacique não partilhava da suspeita de que a morte foi mais do que um acidente. "Em nenhum momento a gente falou que o meu pai foi assassinado. A gente não protestou nem chegou a acusar ninguém", disse Gilvan, 24, filho de Ivan. Ele explicou que a família não autorizou a autópsia completa por questões culturais.



Ministério da Saúde lança mês de vacinação dos povos indígenas

SÍTIO PERFIL NEWS, 02.05.2014

Mobilização visa garantir cobertura vacinal de aldeias em todo o país. A meta é vacinar 180 mil indígenas no período de 30 de abril a 29 de maio

O Ministério da Saúde deu início nesta quarta-feira (30) ao Mês de Vacinação dos Povos Indígenas 2014. A ação se estenderá até o dia 29 de maio e tem como objetivo reforçar a imunização dessas populações, alcançando aldeias, áreas de difícil acesso e com baixa cobertura vacinal. Serão oferecidas 249 mil doses contra diversas doenças, como hepatite B, paralisia infantil, difteria, tétano, coqueluche, meningite, gripe, caxumba, febre amarela, entre outras.

O ministro da Saúde, Arthur Chioro, destaca a importância do deslocamento das equipes de saúde até as reservas para alcançar populações que vivem de forma dispersa em aldeias de difícil acesso. "Este é um mês intensivo para aumentar a cobertura de todo o calendário vacinal e garantir a imunização dos povos indígenas, em especial os que estão localizados em áreas longínquas. A medida ajuda na prevenção de doenças que podem ser evitadas, contribuindo para a promoção da saúde desses povos", explica Chioro.

Na abertura da campanha no Polo-Base do município de Pesqueira (PE), o secretário Especial de Saúde Indígena, Antônio Alves, fez um chamado para que a população indígena participe da ação. "A imunização é um ato de amor. Eu convido a todos para se vacinarem, principalmente os pais, para que levem suas crianças e as protejam. Quanto menos doenças, melhor a vida da gente", ressaltou o secretário.

As vacinas serão oferecidas para a população indígena aldeada dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) existentes em 18 estados. A meta é atingir 180 mil pessoas de 305 etnias em 1.144 aldeias. O foco da vacinação será dado aos grupos mais vulneráveis: crianças menores de cinco anos, mulheres em idade fértil e idosos. O Ministério da Saúde está investindo mais de R\$ 5 milhões entre aquisição de insumos e imunobiológicos, logística e transporte para a ação.

Para garantir a multivacinação, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) realizará uma ampla operação, com o envolvimento de 3,7 mil agentes indígenas de saúde e de saneamento. A logística dessa vacinação é diferenciada, levando em consideração as especificidades dessa população e as necessidades de transporte das equipes e insumos até as aldeias, seja por carro, barco, helicóptero ou avião.

O Mês de Vacinação dos Povos Indígenas teve início em 2005 e faz parte da Semana de Vacinação nas Américas, liderada pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). No Brasil, a ação acontece no mesmo período da campanha de vacinação contra a gripe, realizada

CONT.



nos meses de abril e maio. Na mobilização do ano passado, foram aplicadas 178.076 doses de vacina em 134.931 indígenas residentes em 1.074 aldeias. Com os esforços das equipes de saúde indígena, a campanha de vacinação contra gripe de 2013 imunizou 81,80% da população acima de seis meses em 34 DSEIs.

INAUGURAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE

Nesta quinta-feira (01), o secretário Antônio Alves participará da inauguração de duas unidades de saúde nas aldeias Brejinho e Passagem, em Pesqueira (PE). O Ministério da Saúde investiu R\$ 356 mil na construção dos postos, que serão entregues devidamente equipados.

No total, quase 1.300 índios da etnia Xukuru de Ororubá serão beneficiados com as unidades. Na aldeia Brejinho e região, serão 780 indígenas com assistência em saúde garantida. Já a aldeia de Passagem, que conta hoje com uma população de aproximadamente 380 habitantes, também atenderá indígenas de outras aldeias próximas, totalizando mais de 500 beneficiados.

O atendimento nas unidades é feito por equipes multidisciplinares compostas por médico, enfermeiro, odontólogo, técnicos de enfermagem, auxiliar de saúde bucal, agente indígena de saúde e agente indígena de saneamento. Os postos têm capacidade de atender 40 pacientes por dia, nos mais diversos procedimentos de atenção básica (atendimento médico, de enfermagem, imunização, vigilância alimentar e nutricional, pré-natal, acompanhamento e desenvolvimento da criança e ações de prevenção, promoção e recuperação de pacientes). Além disso, as unidades contam com atividades de prevenção em Saúde Bucal, como escovação supervisionada, aplicação de flúor, palestras educativas e atendimentos clínicos de odontologia.

DSEIs

Parte da estrutura da Sesai e do Ministério da Saúde, os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) são unidades gestoras descentralizadas do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS). Os Distritos respondem regionalmente pela execução de ações de atenção à saúde nas aldeias, de saneamento ambiental e edificações de saúde em áreas indígenas.

Eles estão divididos por critérios territoriais, tendo como base a ocupação geográfica das comunidades indígenas, muitas vezes abrangendo mais de um município e, em alguns casos, mais de um estado. Cada distrito abriga um grupo de Polos-Base, unidades de apoio aos DSEIs e às Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI) que atuam nas aldeias. Ao todo são 34 DSEIs e 360 Polos-Base responsáveis por prestar atendimento a 665 mil indígenas distribuídos em 5.500 aldeias e pertencentes a 305 etnias.